



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

TAILON LUCAS TESTA

**WITTGENSTEIN: LINGUAGEM, REGRAS E
PRIVACIDADE.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**Chapecó
2019**

TAILON LUCAS TESTA

**WITTGENSTEIN: LINGUAGEM, REGRAS E
PRIVACIDADE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Filosofia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Arturo Fatturi

Chapecó
2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Testa, Tailon Lucas
WITTGENSTEIN: LINGUAGEM, REGRAS E PRIVACIDADE /
Tailon Lucas Testa. -- 2019.
69 f.

Orientador: Arturo Fatturi.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Filosofia-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Filosofia da Linguagem. 2. Filosofia da
Psicologia. 3. Wittgenstein. I. Fatturi, Arturo, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

TAILON LUCAS TESTA

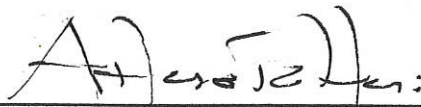
WITTGENSTEIN: LINGUAGEM, REGRAS E PRIVACIDADE

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

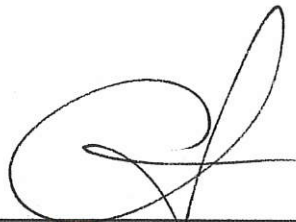
Orientador: Prof. Dr. Arturo Fatturi

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
18 / 12 / 19.

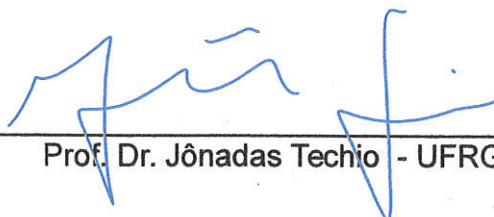
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Arturo Fatturi - UFFS



Prof. Dr. Élsio José Corá - UFFS



Prof. Dr. Jônadas Techio - UFRGS

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais pela condição fornecida, qual me permitiu entrar e permanecer no curso, e também pelas (des)motivações. Aos amigos, por ordem de ocorrência: Murilo Delazeri, Jamile Santana, João Stakonski, Yohana Marques, Pablo Hentz, Eduardo Piva, Arturo Fatturi, Daiana Pereira, Flavia Marchiori, Eluise Both e Anni Cunico. Pois, foram importantes durante esse percurso, por vezes como inspirações acadêmicas e às vezes como meios para cuidar da minha saúde mental.

Ao Prof. Dr. Arturo Fatturi (Orientador), pela celeridade, atenção, tolerância, incentivo e boa vontade, em especial no processo final deste trabalho, pelas observações sempre muito contundentes e pela benevolência, tanto na vida pessoal, quanto no âmbito acadêmico. Aos professores participantes da banca examinadora, pela disponibilidade e atenção: Prof. Dr. Élsio José Corá e Prof. Dr. Jônadas Techio. Aos professores do curso de Filosofia da UFFS *Campus* Chapecó, pelas aulas ministradas e pelos auxílios prestados no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. As pessoas que fazem parte da administração e manutenção da UFFS, pela garantia de uma estrutura e qualidade de ensino.

As crises de ansiedade e angústia que, apesar de serem emoções difíceis de lidar, foram muito produtivas e importantes no desenvolvimento dessa pesquisa. Gostaria, por fim, de agradecer-me por não ter desistido desse trabalho, pois sem isso o mesmo não seria possível.

“The limits of my language mean the limits of
my world“.

**(Ludwig Wittgenstein, Tractatus
Logico-Philosophicus, 5.6)**

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o modo de uso de palavras ligadas a sensações e emoções no dia a dia. Partindo disso, o primeiro passo foi analisar uma concepção geral de linguagem. Assim sendo, adotou-se a concepção linguística de Ludwig Wittgenstein. Essa que, plausivelmente, constatou-se ser sustentável e eficaz. Tal concepção argumenta que se utiliza a linguagem de diversas formas, e não apenas de maneira descritiva, que o significado das palavras é constituído por meio do uso que se faz das mesmas e que seguimos regras de emprego das mesmas para que haja regularidade de uso, possibilitando assim a comunicação. Tendo estabelecido uma concepção geral de linguagem, o segundo passo foi analisar a forma de uso de palavras do vocabulário psicológico (sensações e emoções). A primeira hipótese analisada foi o Argumento da Linguagem Privada. A qual defende um uso descritivo para todas as palavras. Esse argumento revelou-se insustentável devido a falta de critério para o emprego das palavras, impossibilitando assim a comunicação. Posterior a isso, aderimos a concepção wittgensteiniana sobre esse ponto. A qual, mostrou-se menos problemática, mais compreensível e sustentável por defender um uso expressivo das palavras. Por fim, o terceiro passo foi analisar se Wittgenstein estaria discutindo epistemologia ou gramática ao falar de palavra do vocabulário psicológico. Pois, tais interpretações são discutidas entre comentadores. Nesse momento foi utilizado a discussão entre A. J. Ayer, do ponto de vista epistêmico, e Rush Rhees, pelo lado gramatical. Tendo em vista que, o ponto de vista gramatical não apresenta contradições internas, obstáculos intransponíveis, se mostrou menos problemático e útil, concluiu-se que Wittgenstein discute sobre linguagem, gramática e não epistemologia.

Palavras-chave: Filosofia da Linguagem, Filosofia da Psicologia, Wittgenstein, Sensações e Emoções.

Abstract

This research's goal is analyze how words linked with sensations and emotions are used on daily life. Steming from this, The first step was analyze a general conception of language. Thus, the Wittgenstein's linguistic conception was adopted. Which, plausibly, was verified as being sustainable and effective. This conception argues that language is used as many forms, not just as in a descriptive way, and the meaning of words is constituted through its usage and because of regularity rules must be followed, then enabling communication. Since a general language conception has been established the manner of using words belonged to a psychological vocabulary (sensations and emotions) was analyzed as a second step. The first hypothesis analyzed was the Private Language Argument. Which defends a descriptive use word-wide. Such argument was revealed as unsustainable due the lack of standart to employment of words, disabling communication in this way. Afterward, intending to explain this topic, the wittgensteinian conception was embraced. Deeming the fact that such conception bared being less problematic and, more comprehensible and sustainable by supporting an expressive employment of words. Lastly, the third step was analyse whether Wittgenstein would be discussing epistemology or grammar when he talks about psychological vocabulary. In view of, there is this sort of discussion among commenters. For this reason, a dialogue between A. J. Ayer, from the epistemological point, and Rush Rhees, from the grammatical point, was reviewed. Once Rhees' interpretation doesn't report internal inconsistencies and, insurmountable obstacles, which Ayer's interpretation does, and it's recognisable less problematic and usefull, therefore was concluded that Wittgenstein discusses about grammar rather than epistemology.

Palavras-chave: Philosophy of Language, Philosophy of Psychology, Wittgenstein, Sensations and Emotions.

Lista de abreviaturas e siglas

ALP	Argumento da Linguagem Privada
IAL	Imagem Agostiniana da Linguagem
IF	Investigações Filosóficas
LW	Ludwig Wittgenstein
RPP I	Remarks on the Philosophy of Psychology Volume I
TLP	Tractatus Logico-Philosophicus

Sumário

	Introdução	10
1	Linguagem, jogos e regras.	15
1.1	A Imagem Agostiniana da Linguagem	15
1.2	Jogos de Linguagem	20
1.3	Seguir Regras	24
2	Privacidade & Expressão	35
2.1	O Argumento da Linguagem Privada	35
2.2	Uso expressivo da Linguagem	41
3	Epistemologia e Gramática	48
3.1	Visão Epistemológica	49
3.2	Visão Gramatical	54
	Conclusão	61
	Referências	66

Introdução

No nosso dia a dia, na nossa vida ordinária, certamente usamos nossa linguagem para falar de sensações e emoções. Falar sobre amor e dor são exemplos. Isto é, certamente em nossa vida comum já falamos que amávamos alguém, ou já ouvimos que éramos amados por alguém. E, de forma semelhante, no nosso cotidiano já ouvimos alguém relatar ou falar sobre suas dores, ou ainda, já falamos ou relatamos nossas dores.

Contudo, pensemos no uso das palavras. Ou seja, como se está utilizando essas palavras ligadas à sensações e emoções. Podemos, como uma primeira hipótese, pensar que estamos utilizando tais palavras ligadas a questões epistemológicas. Para tornar mais claro, pensemos no caso da palavra “amor”. Com isso, quando alguém fala “Eu te amo!”, se pensarmos do ponto de vista epistêmico, seguramente poderíamos indagá-la da seguinte maneira: “Como você sabe que me ama?”. Desse, estaríamos utilizando a palavra em relação à alguma espécie de conhecimento. Dessa maneira, quando alguém fala de uma emoção podemos questioná-la quanto as formas de verificação do valor de verdade, isto é, se como podemos saber se isso é verdadeiro ou falso, e justificativas que sustentam tal emoção. Analogamente, quando alguém diz que sente dores nas costas podemos questioná-lo sobre como podemos saber se sua sensação é verdadeira ou não. Tendo em vista que, quando falamos de conhecimento falamos de algo que pode ser verdadeiro ou falso.

Por outro lado, podemos pensar na hipótese de que estaríamos fazendo um uso descritivo da linguagem. Novamente, pensemos em exemplos com o intuito de tornar a argumentação o mais compreensível possível. Quando estamos falando de dor ou amor de forma descritiva, estaríamos descrevendo algo que, similar a um objeto qualquer do mundo sem um formato específico, que está acontecendo no nosso interior. Podemos pensar que, para o nosso cotidiano, isso é algo um tanto quanto esquisito. Então podemos pensar, ainda de um modo descritivo, que estaríamos suprimindo um evento fisiológico em uma única palavra. Consideremos alguns exemplos para esclarecer: no caso da palavra “dor”, quando alguém diz “Estou com dor em minha mão direita!”, essa pessoa estaria descrevendo que: algum tecido de sua mão direita está sendo lesado ou danificado, seus neurônios do sistema nervoso periférico captaram essa informação, por meio do sistema nervoso aferente levaram tal informação para o sistema nervoso central, até o encéfalo, o qual identifica tal sensação e para comunicar todo esse processo a pessoa utilizou a palavra “dor” na frase “Estou com dor em minha mão direita!”.

De forma análoga com o exemplo anterior, podemos pensar no caso do uso descritivo de um ponto de vista fisiológico da palavra “amor”. Nesse caso quando alguém dissesse para outrem “Eu te amo!” essa pessoa estaria descrevendo que em seu corpo existe um conjunto de neurotransmissores, tais como: noradrenalina,

dopamina, serotonina, endorfina e entre outros, os quais foram transportados por neurônios através de seu sistema nervoso eferente da região do hipotálamo, no sistema nervoso central, ao sistema nervoso periférico.

Ainda como uma terceira hipótese, poderíamos pensar num uso expressivo das palavras ligadas à sensações e emoções. Dessa forma, quando alguém dissesse “Eu te amo!” ou “Estou com dor na minha mão direita!” ela estaria apenas comunicando, expressando, tornando público algo que sente. Frente a isso, seria carente de sentido pensarmos que essa pessoa estaria descrevendo algo que ocorre dentro dela, nem mesmo seria cabível questionarmos por justificações e coisas do gênero. Antes, faria muito mais sentido se comunicássemos nossa opinião, ou se nos comportássemos carinhosamente ou ainda se também expressássemos nossos sentimentos, num caso de expressão de amor, e num caso de expressão de dor faria sentido se tentássemos ajudá-la em caso de dor. Em suma, em um caso de uso expressivo é condizente que expressemos algo em resposta, seja verbalmente ou comportamentalmente.

Bem, nosso tema geral nesse trabalho é a filosofia da linguagem. Em pormenores: a concepção de linguagem apresentada por Ludwig Wittgenstein (1889 - 1951) nas Investigações Filosóficas, publicada postumamente em 1953. Nosso objetivo aqui é analisar visão sobre uso de palavras ligadas à sensações e emoções apresentado nas IF. Essa discussão, além de estar inserida na filosofia da linguagem, também se insere nas discussões sobre filosofia da psicologia de Wittgenstein. Tendo em vista que, nesse momento nosso objetivo neste momento é fazer uma apresentação geral do nosso trabalho, optamos por primeiramente situar essa discussão dentro da história da filosofia para que num segundo momento possamos apresentar mais claramente nossa pesquisa. Assim sendo, vejamos a discussão do uso de palavras ligadas à sensações e emoções realizada por Wittgenstein e como ele se insere na história de filosofia contemporânea.

Com o intuito de compreendermos melhor o contexto do nosso trabalho, é importante comentarmos brevemente sobre aquilo que na filosofia costuma-se chamar de virada linguística, ou giro linguístico. O qual fora um movimento ocorrido no início do século XX. E também da filosofia da linguagem como um todo. Na qual as questões circundam sobre a nossa relação com a linguagem. Dentre tais questões, a que mais gerou e gera discussões é em relação ao significado das palavras. Ou seja, como palavras adquirem significado ou como damos significado à palavras é o ponto mais debatido.

Diante de a tal questão, alguns filósofos argumentam, basicamente que: as palavras adquirem significado por meio de sua referência a objetos, ou pela possibilidade de verificação. Alguns exemplos que defendem essa argumentação são: Frege, Russell, Schlick, Carnap, o Circulo de Viena e o próprio Wittgenstein, no Tractatus Logico-Philosophicus. É importante informar que nosso trabalho não é focado no TLP, mas sim nas IF. Contudo, tendo em vista o propósito aqui é de contextualizar o leitor, é

relevante fazer um breve comentário sobre o TLP e as IF.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* é certamente um marco na história da filosofia, seja pela sua forma proposicional de escrita ou pela sua influência no que, na filosofia, costuma-se chamar de positivismo lógico. Obra essa que fora elaborada nas trincheiras da Primeira Guerra e a única publicada em vida, no ano de 1922, por Wittgenstein. No TLP é apresentada uma visão referencialista da linguagem. A qual configura-se naquilo que costuma-se chamar Teoria Pictórica da Linguagem. Teoria essa que podemos resumir, de forma muito simplista, da seguinte maneira: toda preposição figura algo de um estado de coisas no mundo e as mesmas podem ser dita de modo verdadeiro ou falso. E, como a preposição figura algo da realidade, podemos verificar no mundo se a frase é verdadeira ou falsa. Caso não haja a possibilidade de verificação, conseqüentemente, não há significado.

Após ter publicado o TLP e ter terminado com todos os problemas filosóficos, tal como o próprio Wittgenstein comenta no prefácio do seu livro, ele se afasta da vida acadêmica e decide ser professor primário na Áustria. Porém, entre essa volta à vida acadêmica, em 1929, e sua morte, em 1951, outras obras foram produzidas pelo autor do *Tractatus*, as quais foram publicadas postumamente. Entre tais obras podemos citar: *Caderno Marrom*, *Caderno Azul*, *Observações sobre Filosofia da Psicologia*, *Da Certeza* e as *Investigações Filosóficas*. Tendo em vista que, não houve tempo para editar os escritos, há trechos muito similares, por vezes iguais, nessas obras. Mas gostaríamos de destacar as IF, pois é nessa obra que nossa pesquisa se foca. Esta obra apresenta uma visão sobre o significado diferente do *Tractatus*.

As IF apresentam uma visão de linguagem, que difere da do TLP e se baseia no emprego das palavras no dia a dia. Isso significa dizer que, a concepção de linguagem apresentada nas *Investigações Filosóficas* consiste no uso das palavras na nossa vida ordinária. Essa diferença entre concepções linguísticas wittgensteinianas, levou alguns comentadores a fazerem uma diferença marcante na filosofia de LW, qual seja: a distinção entre um primeiro Wittgenstein, o do TLP, e um segundo, o das IF. E, há ainda, comentadores que argumentam a existência de um terceiro, o do *Da Certeza*. Contudo, é importante salientar que, apesar de estarmos cientes dessa discussão, não nos aprofundaremos nela. Pois, nosso objetivo nessa pesquisa não é analisar as possibilidades de interpretação de duas ou três filosofias wittgensteinianas distintas. Isso posto, esse ponto teve como objetivo apenas informar e contextualizar o leitor, nada além.

Com isso, gostaríamos de comentar brevemente um pouco mais sobre as *Investigações Filosóficas*. Bem, como já dito, essa obra apresenta uma concepção de linguagem distinta da apresentada no TLP. Contudo, nela não expõe apenas uma nova visão do significado das palavras, há também discussões sobre outras áreas além da filosofia da linguagem, tais como: filosofia da matemática e filosofia da psicologia. Dessa maneira, o leitor está suficientemente contextualizado sobre o meio que Wittgenstein

se insere e suas produções. Assim sendo, a partir desse momento apresentaremos de forma um pouco mais pormenorizada nossa pesquisa.

Para que possamos apresentar e analisar a argumentação de Wittgenstein quanto ao uso de palavras ligadas à sensações e emoções é necessário primeiramente compreender a concepção de linguagem presente nas IF. Então, num primeiro capítulo nossa pesquisa terá como objetivo apresentar e analisar essa concepção de linguagem exposta nas Investigações Filosóficas. Para tanto, será necessário que primeiramente lidar com aquilo que costuma-se chamar Imagem Agostiniana da Linguagem. Pois é necessário que nos livremos dessa imagem linguística de que as palavras só adquirem significado por meio de referência a objetos, e ainda que essa seria a essência da linguagem. Posteriormente, num segundo momento, abordaremos o conceito de Jogos de Linguagem. Aqui, nossa argumentação visará analisar a lacuna deixada pela Imagem Agostiniana da Linguagem, que se mostrará insustentável e ineficaz. Logo, defenderemos que não há um elemento único que constitui a linguagem, tal como uma essência. Antes, há uma espécie de aparentamento em tudo aquilo chamamos de linguagem. E, por fim, num terceiro momento desse capítulo, abordaremos um conceito muito importante, a saber: o que costuma-se chamar de Seguir Regras. Nesse momento nossa argumentaremos que é o uso das palavras que fazemos na nossa vida ordinária o que define o seu significado. Neste momento abordaremos também questões concernentes ao aprendizado, compreensão e correção de uso da linguagem.

Façamos uma pausa nessa apresentação da pesquisa de nossa pesquisa para comentar uma discussão concernente a esse último conceito apresentado no parágrafo anterior. Tendo em vista a falta de rigor acadêmico dos escritos e a morte prévia à publicação dos mesmos, é importante ressaltar que LW elabora suas considerações de forma não acadêmica. Isso faz com que seja possível elaborar interpretações conflitantes das passagens escritas. O conceito de Seguir Regras é um exemplo disso. E, em específico sobre esse conceito, há uma discussão entre o “Comunitarismo”, de Robert Fogelin, e os ataques de Saul Kripke, por um lado, e a interpretação proposta por dois grandes comentadores: Peter Hacker e Gordon Baker. O ponto que queremos chegar é o seguinte: não adentraremos nessa discussão, pois nosso objetivo não é analisar especificamente o Seguir Regras. Portanto, apenas aceitaremos a interpretação de Hazer e Baker tendo em vista que é a interpretação mais aceita entre os estudiosos de Wittgenstein e o respaldo acadêmico que ambos possuem.

Pois bem, voltamos a apresentação de pesquisa. Havíamos por fim comentado sobre a apresentação de dois conceitos: Jogos de Linguagem e Seguir Regras. Tendo analisados tais conceitos, finalizaremos o primeiro capítulo tendo apresentado a concepção wittgensteiniana da linguagem. Contudo, mesmo tendo estabelecido uma concepção geral da linguagem, na §243 das IF surge hipótese de utilizar uma linguagem cuja a qual se refere àquilo que apenas a pessoa que fala tem conhecimento, tendo por consequência a incapacidade de outrem compreendê-lo. Então, surge o que

costuma-se chamar de Argumento da Linguagem Privada. Esse que será nosso ponto de discussão do segundo capítulo.

Novamente, façamos outra pausa na apresentação para salientar uma discussão acadêmica. Alguns comentadores questionam-se sobre o intuito do autor das Investigações quanto ao A. L. P. Isto é, qual seria o propósito de Wittgenstein ao discutir a possibilidade de uma linguagem privada. Certos comentadores, tal como Sir Anthony Kenny, argumentam que LW estaria discutindo ou até mesmo respondendo a problemas derivados de determinadas correntes filosóficas que tomam como base as experiências em primeira pessoa como sensações e emoções, como o Empirismo, Cartesianismo, Dualismo e entre outros. Apesar de estarmos cientes, não adentraremos nessa discussão e, nem tampouco, tomaremos partido. Pois, mais uma vez, esse não é nosso propósito aqui. Assim sendo, objetivo desse comentário é apenas informar o leitor e evitar possíveis objeções ao nosso trabalho.

Retornando à apresentação da pesquisa: no segundo capítulo discutiremos inicialmente o Argumento da Linguagem Privada. Aqui nosso objetivo será analisar tal argumento. O qual se mostrará insustentável e inútil, por questões epistêmicas e gramaticais. Uma vez que, tal argumento, que defende um uso descritivo e referencialista da linguagem, cai por terra teremos uma lacuna. E, a fim de preencher tal lacuna, apresentaremos, num segundo momento, a argumentação de Wittgenstein concernente a forma de uso de palavras ligadas à sensações e emoções. Com isso, deveremos concluir que nosso da linguagem sobre tais tipos de palavra não se dá de forma descritiva ou referencialista, mas sim de uma maneira expressiva.

No terceiro capítulo discutiremos questões epistemológicas e gramaticais concernentes ao Argumento da Linguagem Privada. Isso significa dizer que, tal hipótese linguística cai por terra devido a questões epistemológicas e gramaticais. Contudo, ao discutir tal argumento sobre o que Wittgenstein estaria querendo lidar: epistemologia ou gramática? Esta será nossa questão desse último capítulo. E, a fim de respondê-la, apresentaremos a discussão de dois comentadores. Os quais produziram umas das primeiras interpretações das IF, são eles: A. J. Ayer, que expõe um ponto de vista epistêmico sobre esse ponto, e Rush Rhees, o qual possui um ponto de vista gramatical. Ao final do capítulo, devemos concluir que o ponto de vista epistêmico não se sustenta, basicamente por motivos similares ao do A. L. P. Fazendo com que nos posicionemos ou defendamos um ponto de vista gramatical sobre o que costuma-se chamar de Argumento da Linguagem Privada.

Por fim, na conclusão, defenderemos que ao falar de palavras ligadas à sensações e emoções utilizamos a linguagem de forma expressiva. A fim de esclarecer ao leitor os argumentos que sustentam nossa defesa, recapitularemos brevemente a argumentação desenvolvida durante os três capítulos. Tendo isso posto, poderemos afinal apontar discussões relacionadas ao tema proposto possíveis de serem analisadas em pesquisas futuras.

1 Linguagem, jogos e regras.

1.1 A Imagem Agostiniana da Linguagem

No início das *Investigações Filosóficas* se encontra um trecho das *Confissões* de Santo Agostinho, no qual há uma descrição da forma que esse filósofo medieval aprendeu a utilizar da linguagem. Através desse trecho nos é apresentada uma má interpretação quanto a essência da linguagem humana, a qual habitou-se chamar de *Imagem Agostiniana da Linguagem*. Assim sendo, nossa argumentação nesta primeira seção visa mostrar que, perante a análise de Wittgenstein, o argumento dessa imagem da linguagem não se sustenta. Para tanto, primeiramente apresentaremos tal argumento e suas consequências e, posteriormente, exibiremos algumas aplicações desse argumento feitas por LW.

Contudo, antes de fazermos uma apresentação propriamente dita da argumentação da Imagem Agostiniana da Linguagem, num primeiro momento, são necessários dois adendos: um quanto ao uso da palavra “imagem” e outro se refere à uma salvaguarda à obra de Agostinho. Em relação ao primeiro adendo, alguns comentadores, em especial Gordon P. Baker e Peter M. S. Hacker (HACKER, 1990; BAKER; HACKER, 2009; BAKER; HACKER, 2005) , utilizam a expressão “Concepção Agostiniana da Linguagem”. A discussão quanto ao uso das palavras “imagem” ou “concepção” acompanhado da referência às características linguísticas contidas nas *Confissões* as quais Wittgenstein chama a atenção (imagem agostiniana da linguagem ou concepção agostiniana da linguagem) é plenamente possível. Entretanto, tal discussão não é nosso foco no momento. Contudo, usaremos a expressão “Imagem Agostiniana da Linguagem”. De antemão, nossas justificativas para esse uso são duas. A primeira delas é pelo fato de que o próprio Wittgenstein ao se referir as características linguísticas presentes na obra de Agostinho usa a palavra “imagem”. Na seção 1 das IF temos alguns exemplos: “Nessas palavras temos, [. . .], uma determinada *imagem* da essência da linguagem”, “Nesta *imagem* da linguagem”.

A segunda justificativa é dada pela obra “*Wittgenstein através das imagens*” de A. R. Moreno. Sendo assim, ao usar a palavra “imagem” estaremos adotando a primeira característica dada por Moreno, a saber: “às más interpretações de nossas expressões habituais conduzindo, assim, a dificuldades insolúveis” Arley Moreno (1995, Pg.: 37). Quanto ao segundo adendo, Santo Agostinho não possui uma teoria da linguagem elaborada nas *Confissões*, mas sim na obra *Demagistro*. Há uma discussão entre comentadores, na qual alguns argumentam que seria uma injustiça com Agostinho utilizar das *Confissões* como base para uma crítica à sua visão da linguagem. Visto que, seu objetivo em tal obra não é o de elaborar uma teoria linguística. Uma vez que, nosso objetivo não é tal discussão, nem de atacar ou cometer alguma injustiça com Agostinho e sua obra, é necessário fazer uma salvaguarda a tal filósofo. A qual seja:

tomar o trecho citado por Wittgenstein nas IF como uma matriz filosófica que exemplifica uma imagem da linguagem que é compartilhada por outras teorias semânticas, tais como as de Russell, Frege e o próprio Wittgenstein no *Tractatus Logico-Filosófico*. Tal como S. Faustino argumenta (Faustino (1995)). No entanto, não pretendemos adentrar numa discussão quanto a possibilidade de Wittgenstein, nas Investigações, estar criticando direta ou indiretamente Frege ou Russell, ou ainda entrar na questão se há um Wittgenstein ou dois. Feito esses adendos nos dedicaremos agora a apresentação da imagem anteriormente mencionada.

No trecho das *Confissões* citado por Wittgenstein, Santo Agostinho relata seu processo de aprendizagem da linguagem. Nesse processo as palavras eram usadas como nomes para objetos, sendo assim, segundo ele, quando alguém mais velho produzia um som e apontava ou se movia voltado para algum objeto, essa pessoa estava querendo indicar tal objeto. Agostinho relata que após repetidas vezes compreendera que tais sons, ou palavras, emitidos por alguém tinham o objetivo de indicar um determinado objeto. Para Wittgenstein, através de tais relatos, constitui-se uma imagem da essência da linguagem humana, a qual pode ser definida na seguinte tese: “as palavras da linguagem denominam objetos” e isso pode ser desdobrada nas seguintes premissas: P1: Cada palavra tem uma significação. P2: Esta significação é agregada à palavra. P3: É o objeto que a palavra substitui (IF §1). Isso configura o argumento fundamental da imagem agostiniana da linguagem. O qual implica, principalmente, em duas coisas: 1) um uso exclusivamente descritivo da linguagem, ou seja, que a linguagem é usada apenas para descrever algo que ocorre no mundo. E, a outra consequência desse argumento 2) é que a ostensão é empregada como critério gramatical. Isto é, se define o significado das palavras evidenciando, mostrando, apontando, ostentando o objeto que a palavra referencia.

Para tentar esclarecer o argumento dessa imagem utilizaremos o exemplo apresentado por LW na seção 2 das Investigações. No qual é cogitado um cenário em que tal linguagem descrita por Agostinho é correta, sendo assim, ele dá o seguinte exemplo: uma linguagem que tem como objetivo servir para a comunicação entre um construtor **A** e um assistente **B**. **A** usa blocos, pilares, vigas e lajotas em uma construção. Conforme **A** necessitar de alguma dessas pedras, **B** deve alcançá-las a ele. Tal linguagem é constituída das palavras “blocos”, “pilares”, “vigas” e “lajotas”. Essa linguagem funcionaria desta maneira: quando **A** grita alguma dessas palavras **B** traz o objeto que corresponde a tal palavra. Partindo desse exemplo é possível apresentar de forma mais clara o funcionamento da linguagem sob uma imagem agostiniana, a saber: todas as palavras possuem um significado, tais palavras tem como objetivo substituir um objeto, dessa forma, saber o significado de uma palavra implica em saber a qual objeto a palavra se refere. Consequentemente, essa linguagem descrita por Agostinho é usada apenas de forma descritiva, ou seja, é usada para descrever um estado de coisas no mundo. Ou seja, essa linguagem não passaria de um conjunto

de símbolos indissociáveis do mundo. Wittgenstein, inicialmente na seção 6, chama a atenção para uma consequência importante dessa imagem da linguagem, a saber: o ensino da mesma.

A imagem agostiniana da linguagem, para usar as palavras de Wittgenstein, se fundamenta num ensino ostensivo das palavras. Voltemos ao exemplo do construtor e seu auxiliar afim de elucidar tal ponto. Pensemos como se deu o processo de ensino da linguagem para **B**, no qual **A** seja seu instrutor. Ao tentar ensinar o significado das palavras para **B**, **A** pronuncia a palavra “lajota”, por exemplo, e aponta para o objeto que a palavra denomina, o mesmo processo ocorre para as demais palavras contidas no conjunto da linguagem usada para a comunicação de ambos. O ensino ostensivo consiste no ato de ligar a palavra ao objeto que designa, no caso mencionado quando **A** pronuncia uma palavra e aponta para um determinado objeto **A** faz uma conexão entre a palavra e o objeto. Consequentemente, é possível afirmar que a definição do significado das palavras dessa imagem da linguagem é feita de forma ostensiva, a qual é fixada como regra gramatical para o uso das palavras. Isto é, que uma vez definido ostensivamente o significado de determinada palavra, o aprendiz deve ser capaz de utilizá-la sempre de forma adequada.

Por hora, essa breve apresentação do que se costumou chamar de imagem agostiniana da linguagem será o suficiente para nossa argumentação. Passaremos agora para algumas aplicações do argumento dessa imagem. Apresentaremos dois casos explorados por Wittgenstein. Os quais devem nos auxiliar numa contra argumentação com tal imagem, na qual visamos demonstrar que o argumento dessa imagem não se sustenta. O primeiro caso que apresentaremos se localiza na seção 33 das Investigações, no qual Wittgenstein está dialogando com seu interlocutor e surge um ponto muito interessante, a saber: o de apontar para a forma ou para a cor de um objeto. Vejamos como está colocado na obra:

E se alguém objetar: 'Não é verdade que alguém deva dominar um jogo de linguagem para compreender uma definição ostensiva, mas sim deve apenas - evidentemente - saber (ou adivinhar) para o que aponta aquele que elucida! Se, por exemplo, aponta para a forma de um objeto, ou para a sua cor . . .'

(WITTGENSTEIN, 1999)

O ponto para o qual queremos chamar atenção aqui é para o caso de apontar para a forma ou para a cor de um objeto. O fato de ter alguém que tenta apontar para um determinado objeto a fim de elucidar o significado das palavras “forma” e “cor” gera uma confusão. Afim de tentar esclarecer tal questão pensemos no seguinte exemplo: **A** aponta para uma folha de papel em branco, e, com o intuito elucidar o significado da palavra “cor”, diz: “Essa cor é branca”. Em seguida ele faz o mesmo movimento, apontando para o mesmo papel, porém agora sua fala é: “A forma disso é retangular”. Entretanto, **B**, que recebeu as tentativas de elucidação, fica confuso e não entende para qual objeto **A** está chamando sua atenção. Dessa forma, a imagem agostiniana

da linguagem tem de lidar com as ambiguidades que seu critério gramatical apresenta, como é caso de tentar apontar para a forma de um objeto, tal qual fora apresentado no exemplo. Na tentativa de dissolver tal problema, no mesmo diálogo citado acima, surge um argumento, no qual a ostensão passa a depender de um elemento “mental”, vejamos como isso se apresenta na obra wittgensteiniana:

“Aponte para um pedaço de papel! E agora aponte para a sua forma, - agora para a cor, - agora para seu número (isso soa estranho!). Ora, como o fez? -Você dirá que cada vez *'tinha em mente'* algo diferente ao apontar. E se eu perguntar como isso se passa, você dirá que concentrou sua atenção na cor, forma, etc. . .“ (WITTGENSTEIN, 1999)

Dessa forma, o significado de uma palavra não seria definido simplesmente pela ostensão, mas sim, primeiramente, por aquilo que quem está tentando elucidar a palavra “tem em mente”. Isso irá definir para o que está sendo apontado e, só assim se teria um esclarecimento do significado. Voltemos para o exemplo anterior para ver como isso funcionaria e se tal argumento resolveria o problema levantado. **B**, para compreender o significado das palavras “cor” e “forma” e para o que **A** está chamando sua atenção quando aponta para a folha de papel, basta que aquele observe o que esse “tem em mente”. De certa forma, tal argumento soluciona a confusão causada pela incerteza quanto a o que outrem está apontando. Porém, seguindo a linha de raciocínio desse argumento chegaríamos a níveis mentalistas, isso faria com que esse imagem da linguagem tivesse que apelar primeiramente para uma teoria da mente a fim de explicar como se tem acesso a mente de outrem, para que posteriormente solucionar seus problemas da linguagem. Entretanto, há um abandono desse argumento. Dessa forma, continua o problema da confusão com as palavras “cor” e “forma” no diálogo entre **A** e **B**. Portanto, com tal exemplo, se evidencia uma das falhas do critério gramatical adotado pela imagem agostiniana da linguagem, a saber: a confusão do que está se apontando quando se tenta definir ostensivamente alguma palavra. Dando prosseguimento a essa linha argumentativa, a qual contra argumenta com essa concepção filosófica que é a imagem agostiniana da linguagem, a qual apresenta como essência linguística uma relação entre palavra e objeto. Agora analisaremos outro caso, situado na seção 28, também das Investigações, no qual o interlocutor de Wittgenstein faz uma afirmação problemática, vejamos:

“Pode-se, pois, definir um nome próprio, uma palavra para cor, um nome de matéria, uma palavra para número, o nome de um ponto cardeal etc., ostensivamente. A definição do número dois 'isto se chama 'dois'- enquanto se mostra duas nozes - é perfeitamente exata.” (WITTGENSTEIN, 1999)

Em tal afirmação o interlocutor de LW sustenta a possibilidade de definir uma cor de forma ostensiva, contudo, como visto no exemplo anterior, tal processo é carregado de complicações. E, na mesma afirmação, ele defende a possibilidade de definir números de forma ostensiva, esse é justamente o caso que tentaremos analisar. A

fim de verificar se tal argumentação se sustenta usarei o próprio exemplo dado pelo interlocutor, a saber: o de apontar para duas nozes. Pensemos no caso de **A** tentar elucidar o significado da palavra “dois” a **B**, para tanto, aquele aponta para duas nozes e diz: “Isso se chama ‘dois!’”. Todavia **B**, que por sua vez não tem clareza do significado da palavra, poderia pensar que especialmente aquele grupo de nozes é chamado de “dois”, dessa forma usará a palavra “dois” apenas para esse conjunto. Haveria a possibilidade de quem recebeu atentativa de elucidação confundir o significado da palavra com qualquer outra característica das nozes, como por exemplo sua cor, sua forma, seu cheiro, etc. Novamente o critério ostensivo se mostra ineficaz e confuso. Pois, não cumpre seu propósito de esclarecimento e determinação do significado de uma palavra. E, há ainda outro problema que se levanta com tal caso: a necessidade de referência da palavra “dois”. Isto é, quando **A** aponta para o conjunto de duas nozes e diz que o mesmo é o significado de “dois”, ele não está evidenciando o número dois, mas sim o alimento. Consequentemente, a argumentação dessa concepção filosófica resultaria num contrassenso, uma vez que para cada palavra deve apontar para algo no mundo, mas há palavras que se mostram sem referencial no mundo.

Portanto, esses dois casos apresentados são suficientes para demonstrar que sob o crivo da análise wittgensteiniana a imagem agostiniana que da linguagem não se sustenta. Em outras palavras, isso significa dizer que a tese geral: as palavras de linguagem denominam objetos (IF §1), a qual pode ser desdobrada nas seguintes premissas: I) Cada palavra tem uma significação. II) Esta significação é agregada à palavra e III) é o objeto que palavra substitui, não se sustenta. Pois, com os exemplos expostos acima a terceira premissa é reduzida ao absurdo: uma palavra tem como função substituir um objeto, segundo a imagem agostiniana da linguagem, porém a palavra “número”, como fora apontado no segundo caso, não substituí nenhum objeto, dessa forma há uma premissa e a negação da mesma, logo temos um absurdo. Isso faz com que todo o argumento caia por terra e, juntamente com ele, seu critério de definição do significado das palavras, a ostensão, e a consequência de utilizar a linguagem apenas de forma descritiva.

Entretanto, é importante destacar que Wittgenstein nega essa imagem da linguagem que estabelece como essência de linguagem uma relação entre palavra e objeto, isto é, LW não aceita que a linguagem seja apenas isso. Contudo, ele admite que o uso descritivo da linguagem e a ostensão, como forma de determinar o significado, são úteis. Porém, são apenas uma das tantas formas de utilizar a linguagem e não uma forma de uso exclusivo da linguagem, como pretende a imagem agostiniana. Wittgenstein esclarece fazendo uma comparação entre linguagem e alavancas de uma locomotiva. Se olharmos para a cabina do maquinista numa locomotiva, veremos que existem algumas alavancas de mão. As quais são semelhantes entre si. Porém, apesar da semelhança, elas exercem funções distintas: “uma é a alavanca de uma manivela que deve ser continuamente deslocada (ela regula a abertura de uma válvula); uma

outra é a a alavanca de um interruptor que tem apenas duas espécies, ela é abaixada ou levantada; uma terceira é a alavanca de um freio, e quanto mais forte for puxada, tanto mais fortemente freia; uma quarta, a alavanca de uma bomba atua apenas quando movida para lá e para cá” (IF §12). Isso exemplifica as diversas formas de uso da linguagem.

Outra comparação que podemos fazer é entre a linguagem e o jogo de xadrez. Assim como no xadrez, bem como na linguagem os elementos contidos em cada um não desempenham a mesma função. Isto é, num jogo de xadrez há peças que se movimentam apenas para os lados, outras que se movem apenas em diagonal, há aquelas que andam apenas para frente, tem as que se deslocam em forma de “L”, existem peças que podem ser movidas por mais de uma direção e ainda há peças que desempenham funções diferentes das citadas. Da mesma forma acontece na linguagem, ela funciona como um jogo, pois possui diversas peças que podem ser utilizadas de formas distintas. Contudo, a linguagem possui uma multiplicidade de usos maior que a do jogo de xadrez, tal diversidade de usos configura um conceito muito importante na filosofia wittgensteiniana, a saber: *os jogos de linguagem*. Entretanto, como nosso objetivo nessa seção é de tratar apenas de Imagem Agostiniana da Linguagem e mostrar como ela não se sustenta após a análise de LW, reservaremos para a seção seguinte a discussão dos jogos de linguagem.

1.2 Jogos de Linguagem

O conceito de “*jogos de linguagem*” é introduzido por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* no §7. Porém, ao longo de sua obra, Wittgenstein não se preocupou em dar uma definição exata do que são os jogos de linguagem. Isso torna o trabalho com tal conceito um tanto quanto dificultoso. Porém, nesta seção nossa argumentação tem como propósito mostrar que os jogos de linguagem visam: contra argumentar com uma essência da linguagem, exemplificar os diversos usos da linguagem e que, Wittgenstein, não pretende apresentar uma teoria linguística tendo tal conceito como fundamento.

Na seção anterior apresentamos a discussão da Imagem Agostiniana da Linguagem. A qual nos apresenta uma essência errônea da linguagem, a qual defende afirma que todas as palavras contidas na linguagem denominam objetos. A discussão feita por Wittgenstein visa criticar o critério gramatical de definição do significado das palavras adotado por tal imagem, qual seja, a ostensão. Como fora demonstrado anteriormente, a argumentação de tal imagem, perante a análise wittgensteiniana, não se sustenta. Portanto, com a insustentabilidade de tal imagem do funcionamento da linguagem, a relação entre palavra-objeto, tida como essência da linguagem, e a ostensão, critério gramatical adotado por tal imagem, também caem por terra. Entretanto o interlocutor de Wittgenstein, o acusa de não fornecer uma resposta para questão que se propos

a discutir, para ser fidedigno às palavras do próprio interlocutor, vejamos como ele questiona LW:

“Vocês simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à *forma geral da proposição* e da linguagem.” (IF §65) (WITTGENSTEIN, 1999)

Segundo o interlocutor, LW estaria devendo uma resposta quanto a um elemento comum para tudo aquilo chamada de linguagem, em outras palavras, haveria uma necessidade de apresentar uma essência da linguagem. Porém, Wittgenstein propõe-se a apontar para uma ausência de essência na linguagem, isto é, ele visa mostrar que não há nada de comum nos fenômenos linguísticos. Contudo, como Wittgenstein não aceita uma essência linguística, ele ainda precisa responder como determinados fatos são definidos como linguagem, ou seja, o que faz com que aquilo que chamamos de linguagem seja definido dessa forma. A fim de responder tal questão, LW diz que em tais fenômenos estão *aparentados entre si* e de muitas formas distintas (IF §65).

Para tentar esclarecer esse aparentamento entre os fenômenos que chamamos de “linguagem” Wittgenstein faz um comparação entre linguagem e jogos (IF §66). Ao analisar tudo aquilo que chamamos de “jogos”, logo notaríamos que não há algo que seja compartilhado por todos eles. Vejamos exemplificações disso: consideremos primeiramente os diversos jogos de tabuleiro. Certamente perceberíamos coisas em comum nesse gênero de jogo, tais como: o próprio tabuleiro e o movimento de peças sobre ele. Entretanto, se fizermos uma comparação entre tais jogos de tabuleiro com os de cartas, atentariamos para a permanência de algumas semelhanças que estavam presentes anteriormente, mas também para o aparecimento de outras. O mesmo acontecerá se compararmos esses dois tipos de jogos com os jogos com bola.

Contudo, o interlocutor de LW, argumenta que há sim algo comum nos jogos, a saber: a competitividade. Isto é, que nos jogos sempre há uma disputa entre os jogadores para ver quem ganha e quem perde. Porém, se pensarmos no caso de alguém que joga basquete consigo mesmo, apenas arremassando a bola na cesta, tal caráter se dissipa. Além disso, podemos verificar a falta de um elemento comum nos jogos, se atentarmos para os diferentes papéis de alguns elementos em cada tipo de jogo, como por exemplo, a habilidade: no jogo de xadrez a habilidade exigida é diferente daquela do basquete. Portanto, com essa comparação entre jogos e linguagem, podemos concluir que os diferentes fenômenos que chamamos de “linguagem”, são assim definidos não por uma essência presente em cada um deles, mas sim por serem aparentados entre si de diversas formas e serem diferentes manifestações de um mesmo fenômeno.

O conceito de “jogos de linguagem” exemplifica as múltiplas formas de uso da linguagem. Contudo, o interlocutor faz uma indagação à Wittgenstein, a qual seja,

“quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez?”(IF §23). Isto é, Wittgenstein é questionado sobre a quantidade de jogos de linguagem existentes. Entretanto, LW não é preciso em relação a quantidade dos jogos de linguagem, segundo ele, essa pluralidade de jogos não é algo estanque, fixo, um dado que permaneça para sempre. Antes de apresentar um conjunto bem delimitado, os jogos de linguagem tem o intuito de salientar que a linguagem pode ser utilizada de várias formas e que ela faz parte de uma prática ou, para ser fiel as palavras do filósofo austríaco, de uma “*forma de vida*”. Isso faz com que a linguagem seja um conjunto complexo, no qual as palavras não estão ligadas à uma estrutura lógica unívoca, mas sim ao comportamento dos falantes. Vale salientar que o conceito “forma de vida” também não é algo preciso na obra de Wittgenstein. Contudo, nosso objetivo aqui não é explorar tal conceito. Portanto, voltemos aos jogos de linguagem.

Apesar de não especificar a quantidade dos jogos de linguagem, Wittgenstein, na seção 23 das Investigações, nos apresenta inumeros exemplos: comandar, e agir segundo comandos; descrever um objeto conforme a aparência ou conforme medidas; produzir um objeto segundo uma descrição (desenho); relatar um acontecimento; conjecturar sobre o acontecimento; expor uma hipótese e prová-la; apresentar os resultados de experimento por meio de tabelas e diagramas; inventar uma história; ler; representar teatro; cantar uma cantiga de roda; resolver enigmas; fazer uma anedota; contar; resolver um exemplo de cálculo aplicado; traduzir de uma língua para outra; pedir, agradecer, maldizer, saudar, orar. Wittgenstein também exemplifica os jogos de linguagem como expressar uma sensação (IF §288) e relatar vivências passadas (IF §655). Tais exemplos evidenciam a falta de limites bem traçados dos jogos de linguagem.

Todavia, tendo em vista essa imprecisão no conceito de “jogos de linguagem”, o interlocutor de Wittgenstein faz uma objeção, a qual seja, o fato do conceito não ser preciso o torna inutilizável, pois ao utilizar tal conceito não se sabe exatamente sobre o que está se falando. Com o intuito de contra argumentar, Wittgenstein faz uma comparação entre os jogos de linguagem e a o termo “planta”. Pensemos na seguinte frase: “O solo estava inteiramente coberto de plantas” (IF §70). Se o raciocínio do interlocutor de Wittgenstein estiver correto essa frase não faz sentido. Visto que, o termo “planta”, assim como os jogos¹, não é preciso, pois a palavra “planta” pode significar diversas espécies de vegetais. Porém, mesmo com essa falta de limites bem traçados na significação da palavra “planta” conseguimos compreender a frase utilizada como exemplo, o mesmo ocorre com os jogos.

Dessa forma, o conceito “jogos de linguagem”, mesmo com sua imprecisão, cumpre sua função, a qual seja, expressar os diversos modos de uso da linguagem. Contudo é importante ressaltar que, tal conceito não visa servir de fundamento para uma teoria da linguagem. Wittgenstein nos diz isso em IF§130:

¹ Ao utilizar a palavra “jogos” estamos nos referindo aos jogos de linguagem.

Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, - como que primeiras aproximações sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos decomparação*, que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem. (WITTGENSTEIN, 1999)

Isto é, Wittgenstein não tem a pretensão de utilizar o conceito de “jogos de linguagem” para substituir o argumento da ostensão como um paradigma da linguagem. Ou ainda, como fundamento para uma *teoria da linguagem*. Cujas, deveria apresentar uma análise final e depurada da linguagem, com elementos bem estabelecidos para normatizar o uso significativo da linguagem. Tal como se “estivesse algo oculto que se devesse trazer à luz” (IF §91). Antes, Wittgenstein se mostra muito mais interessado em um possível procedimento metodológico para o esclarecimento do significado das palavras. O qual consiste numa comparação entre as semelhanças e dessemelhanças dos jogos de linguagem em questão. Isto é, cada jogo de linguagem possui regras para o emprego das palavras contidas no mesmo. Os mal-entendidos concernentes ao significado das palavras ocorrem devido a um uso inadequado das mesmas. Isso significa dizer que, as confusões quanto ao significado das palavras surgem ao utilizarmos palavras fora do seu jogo de linguagem natural, conseqüentemente sob regras cujas as quais tal palavra não está preparada.

Contudo, ao dizermos que uma palavra pertence a determinado jogo de linguagem e não a outro, poderíamos ser criticados quanto a um critério para determinar quando uma palavra pertence a um jogo de linguagem ou não. Em outras palavras, que haveria um conjunto de regras fixas que seriam capazes de determinar a qual jogo de linguagem determinada palavra pertence. Todavia, apresentar tal conjunta seria o mesmo que apresentar elementos constituintes de uma teoria linguística. E, tal como foi apresentado acima, não é o objetivo de Wittgenstein estabelecer uma teoria. Essa identificação entre palavra e jogo de linguagem se dá através de um treino na linguagem. Tal ponto será abordado com mais clareza na seção seguinte.

Portanto, nossa argumentação nos leva a concluir que não há uma essência da linguagem. Pois, assim como não é possível identificarmos um elemento que seja comum em todos os eventos que chamamos de jogos, o mesmo acontece na linguagem. Tais fenômenos são assim chamados, porque são aparentados entre si de diversas formas. Tal ausência de essência linguística, faz que haja uma multiplicidade de usos da linguagem, e não mais unívoco, como pretendia a Imagem Agostiniana da Linguagem. Essa variedade de usos da linguagem é exemplificada pelos jogos de linguagem, os quais não é precisamente quantificada por Wittgenstein. Contudo, mesmo com tal imprecisão, tal conceito exerce sua função argumentativa. Todavia, o conceito de jogos de linguagem não tem o propósito fundamentar uma teoria da linguagem. Antes, os jogos de linguagem tem um objetivo metodológico para uma terapia da linguagem, a

qual consistiria num esclarecimento do significado das palavras através de comparação entre as divergências e convergências dos jogos.

Porém, uma vez que, o significado da linguagem não se dá mais de forma referencialista, tal como a Imagem Agostiniana da Linguagem argumentava, mas sim pelo uso que fazemos das palavras e que cada jogo de linguagem possui regras para o emprego das mesmas, então o uso significativo da linguagem consistiria em seguir regras. Em outras palavras, para que utilizemos a linguagem de forma significativa é necessário que ao empregarmos as palavras sigamos regras, cuja as quais variam de acordo com o jogo de linguagem utilizado. Assim sendo, nossa argumentação abre um espaço para abordar a discussão que costumou-se chamar de *seguir regras*, cuja a qual será realizada na seção seguinte.

1.3 Seguir Regras

Entre as seções 185 e 242 das *Investigações Filosóficas* encontramos uma discussão, tal costumou-se chamar de *Seguir Regras*. A qual podemos considerar como o coração das Investigações. Pois, com essa discussão Wittgenstein consegue elucidar em que consiste seguir uma regra. Isso é algo de grande importância para a filosofia wittgensteiniana. Uma vez que, tal como argumentamos anteriormente, utilizar a linguagem de forma significativa consiste em seguir regras de emprego para as palavras de acordo com o jogo de linguagem em que elas são utilizadas. Assim sendo, nosso objetivo nesta seção é analisar a argumentação apresentada na discussão em questão. Contudo, é importante salientar que nosso objetivo nesse primeiro capítulo não é analisar o Seguir Regras em si, mas sim de apresentar um concepção de linguagem fornecida por Wittgenstein as IF. Porém, para que nosso objetivo seja concluído é necessário que abordemos a tal discussão. Essa que se mostra densa, longa e cheia de pormenores. Assim sendo, nossa argumentação visa apenas tratar de alguns pontos chaves, para tanto a mesma será dividida em três bloco de discussão.

Nossa análise num primeiro momento focará entre as seções 185 a 197 das Investigações. Nosso objetivo aqui é averiguar como Wittgenstein e seu interlocutor argumentam em relação a seguinte questão: em que consiste seguir uma regra. Na seção que inicia essa discussão, Wittgenstein retoma o exemplo usado na seção 143. No qual há alguém que recebe uma ordem de outrem para seguir uma série de signos. Com esse exemplo Wittgenstein visa elucidar o uso da palavra “compreensão” de forma ordinária. Bem, antes de averiguarmos como se dá a argumentação entorno de que se fundamenta a compreensão de uma regra, vejamos posteriormente como Wittgenstein, entre as seções 143 a 184, discute o emprego da palavra compreensão.

A fim de analisar o conceito de compreensão, vejamos como o exemplo apresentado por Wittgenstein em §143 IF: “*Consideremos agora a seguinte espécie de jogo de linguagem: ao comando de A, B deve escrever séries de signos, segundo uma*

determinada lei de formação. A primeira dessas séries deve ser a dos números naturais no sistema decimal". Seguindo esse exemplo, o interlocutor de Wittgenstein o indaga sobre como **B** aprende a compreender esse sistema. Tendo isso em vista, Wittgenstein argumenta que, primeiramente, poderíamos elaborar uma série de numerais, de 0 a 9, por exemplo, e exigir que ele a copiasse. Caso **B**, a copiasse de forma errônea, inicialmente poderíamos orientar sua mão para que ele copie a série de forma correta. Caso ele continue a seguir a ordem de forma errônea, devemos orientá-lo até que então ele saiba copiar a série de numerais corretamente por si mesmo. Dessa forma, poderíamos dizer: "**B** compreendeu aquilo que solicitamos".

Entretanto, não satisfeito com o argumento de Wittgenstein, o interlocutor agora faz uma indagação quanto a palavra "saber". Isto é, o interlocutor questiona Wittgenstein sobre em que consiste saber algo. O próprio interlocutor levanta a hipótese de que "saber" seria uma espécie de estado mental. Isto posto, Wittgenstein contra argumenta dizendo que quando dizemos saber o ABC, por exemplo, não estamos dizendo que temos um "aparelho psíquico", que pelo qual manifestamos um estado, ou uma disposição, cuja o qual é esse saber (IF §149). Antes, a gramática da palavra "saber", ou as regras para o seu emprego, está muito mais próxima das palavras "poder", "ser capaz de" e também da palavra "compreender", as quais são análogas a dominar uma técnica (IF§150).

Com o propósito de esclarecer a gramática da palavra "compreender", Wittgenstein a compara com a palavra "ler". Entretanto, vejamos primeiramente, de forma muito breve, questões concernentes a segunda palavra, para que possamos fazer um comparativos entre ambas. Para tanto, vejamos o exemplo dado por Wittgenstein quanto as máquinas de leitura:

"Pense no caso seguinte: pessoas, ou outros seres, seriam utilizados por nós como máquinas de leitura. São treinados para essa finalidade . O treinador diz que alguns já podem ler, e que outras ainda não. Tome o caso de um aluno que até agora não tomara parte no treinamento: se lhe mostrarmos uma palavra escrita, ele poderá às vezes proferir sons quaisquer, e aqui ali acontecerá então 'por acaso' de serem mais ou menos os certos. Um terceiro ouve esse aluno em tal caso e diz: 'Ele lê'. Mas professor diz: 'Não, ele não lê, foi apenas uma caso'.- Mas suponhamos que esse aluno, ao lhe serem mostradas mais palavras, reaja a elas sempre corretamente, Após algum tempo, o professor diz: 'Agora ele saber ler!' - Mas o que ocorreu com a aquela primeira palavra? O Professor devdeve dizer: 'Enganei-me, ele a leurealmente'.- ou: 'Ele começou a ler realmente apenas mais tarde'? - Quando começou a ler? Qual é a primeira palavra que ele leu?"(IF§157). (WITTGENSTEIN, 1999)

Através dessas questões somos levados a nos indagar como empregamos a palavra "ler" de forma ordinária. Uma primeira hipótese levantada durante a discussão de Wittgenstein e seu interlocutor é que utilizamos tal palavra como uma determinada vivência da passagem de um signo para som falado. Tal vivência faria com que apenas a pessoa que realiza o ato de ver os signos e os transforma em som saberia se está ou não lendo. Essa hipótese visivelmente absurda. Uma vez que, ordinariamente sabemos

quando alguém lê ou não. Isto é, não precisamos que outrem nos diga “Estou lendo” quando vemos que seus olhos seguem uma determinada série de signos e ele emite sons de acordo com tais signos, tal como fomos treinados a fazer. Apesar dessa discussão se estender por mais algumas seções das Investigações, essa primeira hipótese já é suficiente para nossa argumentação. Uma vez, que visamos eliminar o caráter mentalista da palavra “ler” e “compreender”. Dessa forma, podemos concluir que quando empregamos a palavra “ler” não significa que vemos certos signos, os processamos mentalmente e só assim os emitimos em forma de som. Antes, o ato de ler consiste apenas em transformar signos em sons.

Uma vez esclarecido o uso da palavra “ler”, passemos agora ao comparativo. Bem, assim como não empregamos a palavra “ler” com um caráter mentalista, não o fazemos com a palavra “compreender”. Ambas as palavras, de forma ordinária, são empregadas de maneira pragmática. Isto é, empregamos a palavra “ler” para o ato de transformar signos em sons, bem como empregamos a palavra “compreender” para o domínio de uma técnica. Afim de concluir essa discussão sobre a palavra “compreender” voltemos nossa atenção, mais uma vez, ao exemplo fornecido na seção 143. Dessa forma, se **B** dissesse que compreendeu a série de numerais e que sabe continuá-la, entenderíamos o que ele diz. Entretanto, não entenderíamos isso como uma série de processos mentais que agora se passam dentro dele. Antes, teríamos ciência que **B domina** uma técnica no manuseio de signos, a qual podemos verificar através dos exemplos e aplicações da série de números fornecidas por ele.

Uma vez elucidado o uso da palavra compreensão de forma ordinária, nossa argumentação nesse momento se voltará para discussão concernente à compreensão de uma regra. Como dito anteriormente, na seção que inicia a discussão do seguir regras, Wittgenstein retoma o exemplo apresentado na seção 143. Entretanto, na seção 185 esse exemplo possui novas propostas vejamos:

Retornemos ao nosso exemplo (143). Agora, julgado segundo critérios usuais, o aluno domina a série dos números naturais. Em seguida, ensinamos-lhe como escrever uma outra série de números cardinais e lhe damos condições de poder escrever, a um odem da forma '+2', séries da forma 0, n, 2n 3n, etc.; à ordem '+1', ele escreve a série dos números naturais. -Teríamos feito assim amostragens de sua compreensão num campo numérico até 1000. Deixamos o aluno continuar uma série (digamos '+2') para além de 1000. (WITTGENSTEIN, 1999)

De acordo com a regra fornecida ao aluno, o esperado é que ele siga a série escrevendo: 1002, 1004, 1006, 1008, e assim em seguida. Entretanto, o aluno segue a regra de forma errônea e escreve: 1004, 1008, 1012, 1016. Dessa forma, fica evidente que ele não compreendeu o que lhe fora solicitado. Dessa forma, surge a questão: em que consiste compreender uma regra? A fim de responder à essa indagação o interlocutor lança uma série de argumentos que visam apresentar um critério seguro para a compreensão de uma regra. Assim sendo, seu primeiro argumento é relacionado

a intuição (IF§186). Isto é, quando recebemos uma regra é a forma que a intuimos que determina nossa ação de forma correta ou não da regra. Dessa forma, seguir a série numérica escrevendo corretamente os números 1002, 1004, 1006, 1008 etc.; depende de uma intuição correta. Entretanto, para cada regra deveríamos ter uma nova intuição, isso faz com que não tenhamos um critério, mas sim um novo elemento para cada regra. Portanto, o argumento da intuição não é uma resposta satisfatória para o problema.

Aceitando a ineficácia de seu argumento anterior, o interlocutor de Wittgenstein lança um novo argumento, a saber: que o aluno compreende e sabe seguir a regra quando consegue uma adequação com intenção de seu professor. Dessa forma, quando o professor deu a regra “ $n + 2$ ” para seu aluno ele tinha uma intenção. Assim sendo, o aluno só compreenderia tal regra se uma adequação com aquilo que seu professor intencionava. Contudo, Wittgenstein alerta seu interlocutor quando as confusões o uso das palavras “saber” e “intenção” podem nos levar. Isto é, podemos utilizar ambas em conjunto de forma que, as mesmas signifiquem um certo estado ou processo mental. Entretanto, isso seria um absurdo. Pois, seria como se nossa mente se adiantasse em relação ao nosso corpo (IF§188). Dessa forma, o argumento da intenção, apesar de ser válido, não é um critério seguro. Uma vez que, a aplicação da palavra “intenção” implica em algumas confusões.

Bem, esses dois argumentos serão suficientes para nossa atual discussão. A fim de finalizar tal discussão e contra argumentar com as hipóteses levantadas pelo interlocutor, retomemos a discussão feita anteriormente sobre as seções 143 a 184 das IF concernente a palavra “compreensão”. Qual nos fez concluir que compreender é algo que consiste em dominar uma técnica. Uma vez que, nesse segundo momento nossa argumentação se voltou para compreensão de uma regra. E que a argumentação do interlocutor de Wittgenstein teve o mesmo objetivo, a saber: argumentar que compreensão consiste em um estado de processos mentais. Dessa forma, nossa argumentação sobre compreender uma regra é a mesma da discussão sobre a palavra “compreender”.

Isto é, nossa argumentação aqui nos leva a concluir que compreender não consiste em uma série de processos mentais. Antes a palavra “compreender” é utilizada de forma aparentada com a expressão “dominar uma técnica” (IF §150). Assim sendo, quando o professor pede para que seu aluno siga a regra “ $n + 2$ ”, e esse diz “agora eu compreendo a regra”, ou “agora sei continuar a série”, entendemos que tanto a palavra “compreender” quanto “saber”, não são empregadas como uma descrição de algo que acontece em seu interior. Antes essas palavras são usadas como expressão de uma habilidade, a qual consiste em manipular signos. Tal habilidade se mostra nos exemplos, explicações e aplicações de uma regra fornecidos por outrem.

Após esta discussão o interlocutor de Wittgenstein faz a seguinte afirmação: “É como se pudéssemos apreender todo o emprego da palavra de golpe” (IF §191). Com isso o interlocutor lança um argumento de que poderíamos apreender todas as

aplicações das linguagem de um só golpe. A fim de esclarecer esse argumento, o interlocutor faz uma analogia com uma máquina, vejamos:

“A máquina como um símbolo de seu modo de operação: a máquina - diria, antes de mais nada - parece já conter em si mesma seu modo de operação. O que significa isso? Na medida em que conhecemos a máquina parece que tudo o mais, a saber, o movimento que ela executará, já está inteiramente determinado.”(IF§193) (WITTGENSTEIN, 1999)

O interlocutor faz uma analogia entre todas as aplicações de uma regra e uma máquina e seu efeito. Isto é, a máquina conteria em si todos os movimentos possíveis. Dessa forma, ao compreender o funcionamento das peças contidas na máquina, saberíamos todos os mecanismos que ele poderia executar futuramente. O mesmo deveria acontecer com um regra. Isto é, ao compreendermos uma regra, apreenderíamos *de golpe suas* possíveis aplicações futuras. Assim sendo, a linguagem consistiria em uma série de regras que funcionariam como mecanismos rígidos.

A argumentação do interlocutor é um erro gramatical, ou como o próprio Wittgenstein se refere a tal argumentação: é uma “*imagem de uma máquina*” (IF §193). Tal imagem consiste em uma confusão no uso da palavra “máquina”. A qual pode ser utilizada de duas formas, as quais são: I) ação ou movimento, do ato de produzir algo, por exemplo. E para II) simbolizar algo, como por exemplo, um comportamento maquinal. A confusão começa quando o interlocutor toma a proposição “o movimento que ela executará, já está inteiramente determinado” como uma descrição necessária de uma ação. Isto é, o interlocutor argumenta que dado a organização de determinadas peças, elas devem sempre ser o verde determinado modo. Isso faz com que as ações realizadas pela máquina e as ações contidas nela coexistam de forma misteriosa.

Entretanto, a proposição utilizada anteriormente como base da argumentação do interlocutor não é uma descrição de um acontecimento futuro, tal como acredita. Antes, com tal proposição ele está apenas dizendo como a máquina pode se movimentar. E a confusão gramatical reside exatamente neste ponto. Isso significa dizer que, o interlocutor pensa estar utilizando de forma correta a palavra “máquina” de forma a determinar ações que ocorram em qualquer tempo por parte da máquina. Porém, para essa ocasião ele tem de utilizar a “máquina a usa de forma a simbolizar um possível efeito. E não como um efeito necessário da máquina. Assim sendo, podemos concluir que o interlocutor de Wittgenstein se convence que sua argumentação não consegue estabelecer um critério ou uma defesa para a possibilidade de apreender todas as aplicações possíveis das regras.

Dessa forma, agora damos início ao nosso segundo bloco de discussões. O qual se centrará na relação entre regra e ação correta de acordo com a regra. Nossa discussão se inicia com a questão levantada pelo interlocutor de Wittgenstein na seção 198 das Investigações Filosóficas, a qual seja: “*como pode uma regra ensinar-me o que fazer neste momento?*”. Isto é, a questão que o interlocutor enfrenta é a seguinte:

não há uma relação aparente entre regra e o que se deve fazer de acordo com a regra. Em outras palavras, não há uma ponte entre regra e ação de acordo com a regra. A fim de sanar tal indagação, o interlocutor levanta o argumento de que interpretamos uma regra e agimos de acordo com tal interpretação. A fim de ilustrar tal argumentação retornemos ao exemplo do aluno (IF §185). Seguindo o argumento levantado pelo interlocutor, o aluno ao receber a regra “ $n + 2$ ” primeiramente interpretaria tal regra, fazendo com que assim seu significado seja fixado. Posteriormente, ele teria uma ação de acordo com sua interpretação.

Contudo, Wittgenstein chama a atenção para o emprego da palavra “interpretação”. Isto é, não deveríamos utilizar tal palavra como uma forma de fixar o significado de uma palavra. Tal como faz seu interlocutor. *“Mas, deveríamos empregar a palavra ‘interpretação’ apenas em caso sem que há a substituição da expressão de uma regra por outra”* (IF§201). Com o propósito de elucidar a argumentação de Wittgenstein, voltemos ao exemplo do aluno (IF §185) novamente. Dessa forma, quando o aluno interpreta a regra “ $n + 2$ ” ele não está fixando seu significado. Mas, está apenas dando uma outra expressão da regra. Assim sendo, o aluno continua sem ter um elo entre regra e ação. Uma vez que, colocamos interpretações sobre interpretações, as quais não nos apontam nenhuma ação, apenas “pairam no ar”(IF§198).

Dessa forma, a argumentação do interlocutor se mostra ineficaz. Tal argumentação ainda cai num absurdo se considerarmos que o interlocutor aceita que as ações sejam tomadas mediante uma interpretação qualquer (IF§198). Assim sendo, poderíamos ter uma interpretação que fosse autocontraditória, ou que contradissesse a própria regra, ou ainda que contradiga outra interpretação da mesma regra (IF §201). Por consequência, o argumento que interpretamos uma regra e agimos de acordo tal interpretação cai por terra. Consequentemente, ainda temos uma lacuna entre regra e uma ação que seja coerente com tal regra. Com o propósito eliminar essa lacuna, Wittgenstein apresenta o argumento de que fomos treinados para reagir de determinada forma diante de determinados signos (IF§198).

A fim de elucidar a argumentação de Wittgenstein, pensemos no caso de alguém que está aprendendo a jogar xadrez: apresentamos o tabuleiro e as peças do jogo ao aprendiz. Posteriormente, dizemos a ele como cada peça deve se movimentar. A fim de verificar se houve compreensão das regras do jogo, jogamos uma partida com o aprendiz. No decorrer da partida dizemos ao principiante se a forma que ele move as peças está correta ou não. Fazemos isso até o momento que ele demonstre compreender e agir de acordo com as regras do jogo. Fato esse que pode ser verificado através da forma que as peças são movimentadas pelo aprendiz. Em outras palavras, treinamos o aprendiz para que reaja de determinada forma diante de certos signos. Assim como somos treinados a tomar uma determinada ação diante de certa regra. Esse exemplo ilustra a importância do que poderíamos chamar de contexto normativo ao aprendermos a seguir uma regra. Vejamos de forma mais clara a questão do

contexto normativo.

Quando aprendemos a seguir somos inseridos em um contexto. O qual estabelece normas para a forma que seguimos. Neste contexto normativo somos treinados para agir de determinado modo de acordo com certa regra. Assim sendo, a relação entre regra e ação de acordo com a regra é resolvida por meio de treino. Wittgenstein deixa evidente essa argumentação quando nos diz: “fui treinado para reagir de uma determinada maneira a este signo e agora reajo assim” (IF §198). Portanto, aprendemos a seguir uma regra de forma correta da mesma forma que aprendemos a jogar xadrez: treinamento. Treino esse que se dá por meio de aplicações, exemplificações e explicações da regra, ou ainda, podemos fornecer nosso comportamento como paradigma de ação de acordo com a regra. Podemos verificar o domínio da linguagem que o aprendiz adquiriu por meio das aplicações, dos exemplos e das explicações da regra fornecidas por ele, ou ainda por seu comportamento de acordo com a regra.

Antes de finalizarmos essa segunda série de discussões vamos investigar uma indagação levantada pelo interlocutor na seção 204 das Investigações. Tal indagação é importante, pois a mesma evidencia a importância do contexto e a discussão levantada por essa questão nos será útil na discussão da Linguagem Privada, que será abordada no capítulo seguinte. Vejamos:

“Posso inventar um jogo, estando as coisas como estão que não será jamais jogado por alguém. - Mas seria igualmente possível que a humanidade não tivesse nunca jogado jogos; alguma vez, porém, alguém inventou um jogo - que, no entanto, nunca foi jogado?” (WITTGENSTEIN, 1999)

Dessa forma, o interlocutor de Wittgenstein levanta a hipótese de alguém que cria um jogo, o qual não será jogado por ninguém. Averiguemos se tal hipótese se sustenta. Primeiramente é necessário esclarecer que a noção de jogo consiste em um determinado conjunto de regras. As quais devem regular o funcionamento do jogo. Contudo, é necessário que aplicação de tais regras ocorra em um contexto que as normatize. Caso contrário poderíamos tomar qualquer ação diante de uma regra e dizer que está correto. Isso faria com que o emprego da palavra “regra” perdesse o sentido. Pois, não há nenhum tipo de regulamentação. Portanto, a hipótese levantada pelo interlocutor se mostra absurda. Uma vez que, a mesma não possibilita um contexto normativo que regule as aplicações das regras contidas no jogo.

O mesmo raciocínio, apresentado acima, se aplica ao caso de apenas uma pessoa seguir uma regra. Isto é, só faz sentido pensarmos que alguém segue uma regra de forma correta se houver um contexto normativo que regula suas ações diante de determinada regra. Wittgenstein evidencia tal argumentação quando nos diz: “‘seguir a regra’ é uma *praxis*. E *acreditar seguir* a regra não é seguir a regra. E daí não podemos seguir a regra ‘privadamente’; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo que seguir a regra” (IF §202). Dessa forma, nossa argumentação nos leva a concluir que a relação entre regra e ação de acordo com a regra é estabelecida por meio de

um treino. Isto é, somos treinados a reagir de determinada maneira diante de certa regra. Tal treinamento se dá na imersão de um contexto normativo. Em outras palavras, apenas seguimos regras quando estamos inseridos em um contexto, cujo o qual regula nossas ações perante as regras. Dessa forma, seguir uma regra privadamente é algo carente de sentido.

Finalizado a discussão concernente a relação entre regra e ação de acordo com tal, agora daremos início ao nosso terceiro e último bloco de discussões. O qual deve se centrar na ligação entre regra, concordância e linguagem. A fim de iniciar a discussão vejamos o argumento apresentado pelo interlocutor de Wittgenstein na seção 222 das Investigações Filosóficas: o interlocutor oferece o exemplo de uma linha que é tomada como regra, a qual nos *sugere* como devemos segui-la. Dessa forma, ele argumenta que seguimos regras de acordo com uma sugestão, uma espécie de inspiração interna. Contudo, Wittgenstein diz que tal argumento é “naturalmente apenas uma imagem” (IF §222). A qual se fundamenta na impossibilidade de mostrar nossa inspiração à outrem e fazer com esse aja de acordo com a mesma.

Isto é, dizer que uma regra nos sugere o que deve ser feito é análogo a termos uma inspiração de como agir diante de uma regra. Tal inspiração é algo como uma voz interior que nos diz: “Siga assim!” (IF §232). Contudo, se esse fosse o caso quando seguimos a regra, então não seria possível ensinar à outrem a técnica de seguir tal regra. Uma vez que, não é possível apresentar nossa inspiração como paradigma à outra pessoa. A menos que lhe ensinássemos uma “espécie de escuta, de receptividade” (IF §282) do nosso interior. Portanto não seguimos uma regra de acordo com aquilo que ela nos sugere, ou segundo a inspiração que ela nos causa. Antes, seguimos uma regra de acordo com a forma que fomos treinadas a reagir diante de determinado signo, tal como argumentamos até o momento.

Assim sendo, treinamos alguém para seguir uma regra, quando fornecemos nosso comportamento como paradigma para suas ações diante de um regra. O sucesso desse treinamento é dependente da conformidade entre nossas ações e as ações fornecidas por parte do aprendiz. Dessa forma, fica evidente a necessidade de uma conformidade entre as ações tomadas quando seguimos uma regra. Wittgenstein reforça essa argumentação quando nos diz que: “a palavra ‘conformidade’ e a palavra ‘regra’ são *aparentadas*, são primas. Se ensino alguém o uso de uma delas, ele aprende também o uso da outra” (IF §224). Contudo, não basta que haja uma conformidade no seguimento de uma regra entre professor e aluno. Também é necessário uma concordância entre a comunidade de falantes. Para que assim se estabeleça uma linguagem partilhada entre os mesmo, e se defina o que é correto ou não fazer diante de um regra. Isso significa dizer que as regras, que regulam o uso significativo da linguagem, e as ações que devem ser tomadas diante das mesmas são estabelecidas por um consenso entre os falantes de uma comunidade.

Tendo isso em vista o interlocutor de Wittgenstein o questiona quanto as palavras

“verdade e “falsidade“ da seguinte forma: “Assim, pois, você diz que o acordo entre os homens decide o que é correto e o que é falso?’ (IF §241). Isto é, o interlocutor argumenta que considerações sobre verdade ou falsidade de proposição não passariam de um consenso entre falantes de uma determinada comunidade. Todavia, Wittgenstein contra argumenta dizendo que: “Correto e falso é o que os homens *dizem*“(IF §241). Em outras palavras, verdadeiro e falso são palavras relacionadas as proposições da nossa linguagem. Tais palavras não são definidas por convenções das nossas opiniões, ou seja por consenso daquilo que julgamos ser verdadeiro ou falso. Mas, o critério utilizado para determinar o valor de verdade das proposições é a realidade, ou seja, é a realidade que define o que é verdadeiro ou falso.

Todavia Wittgenstein argumenta que a concordância entre a comunidade de falantes é muito importante para que exista uma linguagem compartilhada entre os mesmos. Entretanto, para que haja tal compartilhamento é necessário que ocorra uma concordância entre as definições das regras e os julgamentos. Isto é, é necessário que haja um consenso na definição do uso das palavras e quanto ao que é avaliado como sendo verdadeiro ou falso. A argumentação de Wittgenstein aparenta ser confusa quanto ao segundo ponto. Com o propósito de eliminar essa confusão e elucidar esse ponto, vejamos o que Wittgenstein nos diz na seção 242 das Investigações:

“Para uma compreensão por meio da linguagem, é preciso não apenas um acordo sobre as definições, mas (por estranho que pareça) um acordo sobre os juízos. [. . .] Uma coisa é descrever o método de medir, outra é encontrar os resultados da medição e exprimi-los. Mas o que chamamos de ‘medir’ é também determinado por uma certa constância dos resultados da medição.”
(WITTGENSTEIN, 1999)

Com tal exemplo, podemos estabelecer duas analogias. A primeira delas é concernente aos métodos de mensuração e as definições. Isto é, é necessário que haja uma conformidade com os métodos utilizados em medições para que se estabeleça uma comunicação. Um exemplo disso é quando utilizamos sempre réguas quando desejamos saber o comprimento de determinado objeto. Esse consenso que ocorre em tais métodos, também é necessário nas definições da linguagem. Ou seja, é preciso que haja um acordo nas regras estabelecidas para o uso das palavras. Pois, caso contrário poderíamos utilizar a palavra “cubo” para um objeto tridimensional, que possua seis faces e arestas idênticas entre si, enquanto que outra poderia utilizar a mesma palavra para um objeto que possua uma única face, a qual é arredondada. Essa falta de consenso inviabilizaria qualquer tipo de comunicação.

A segunda analogia diz respeito aos resultados das medidas e nossos julgamentos. Isso significa dizer que deve haver uma concordância e regularidade entre as medidas feitas de um mesmo objeto. Dessa forma, se um conjunto qualquer de pessoas medirem a altura da torre Eiffel, por exemplo, tais pessoas sempre deverão chegar ao resultado de 324 metros. Tal concordância e regularidade também é necessária em uma

linguagem compartilhada. Assim sendo, é preciso que exista consenso e constância quanto ao que se admite ser verdadeiro e falso diante das definições. Entretanto, em jogos de linguagem em que as palavras “verdadeiro” e “falso” se apliquem a proposições não é um acordo entre os falantes de uma comunidade que determina o valor de verdade. Mas sim, o mundo. Bem como argumentamos anteriormente.

Dessa forma, nossa argumentação nos leva a concluir que para que haja comunicação por meio de uma linguagem partilhada é necessário que exista conformidade no seguimento de regras não apenas entre professor e aprendiz. Mas, também, entre os falantes de determinada comunidade. É preciso que haja consenso das regras estabelecidas para o uso das palavras e dos julgamentos entre os pertencentes a tal comunidade. Apenas assim é possível estabelecer uma comunicação por meio de uma linguagem compartilhada.

Nossa argumentação nesse primeiro capítulo visou exibir uma concepção de linguagem apresentada por Wittgenstein nas Investigações Filosóficas. Assim sendo, podemos concluir que tal concepção não concorda com os argumentos levantados por aquilo que costumou-se chamar de *Imagem Agostiniana da Linguagem*. Isso significa dizer que, tal concepção wittgensteiniana da linguagem não aceita o argumento de que a linguagem teria uma essência. Cujas a qual, o significado da linguagem se fundamentaria numa relação entre palavra e objeto. Conseqüentemente, se esse fosse o caso, faríamos um uso exclusivamente descritivo da linguagem. Ou seja, apenas usaríamos a linguagem para descrever algo que ocorre no mundo. Tal imagem também argumenta que a definição de uma palavra se dá por ostensão. Contudo, Wittgenstein põe em xeque-mate essa argumentação ao aplicá-la em proposições que contenham numerais. Com isso, a Imagem Agostiniana da Linguagem e sua argumentação como um todo caem por terra. Tal como argumentamos na primeira seção.

Assim sendo, abre-se uma lacuna quanto a essência da linguagem e os modos de uso da mesma. De acordo com a nossa argumentação desenvolvida na segunda seção, Wittgenstein nos apresenta uma concepção de linguagem, cuja a qual é carente de uma essência. Dessa forma, aqueles fenômenos que chamamos de “linguagem”, tal como aqueles que denominamos de “jogos”, são assim definidos por serem *aparentados* entre si de múltiplas formas distintas. E não por um elemento que seja comum entre todos. Em outras palavras, não há uma essência da linguagem. Isso faz com que, a linguagem tenha uma diversidade de usos, e o conceito de *Jogos de Linguagem* não tem como objetivo servir de base para uma teoria da linguagem. Antes os “jogos” visam exemplificar a multiplicidade de empregos que fazemos da linguagem. Porém, segundo Wittgenstein não há um número exato de jogos, antes tal conceito deve salientar que falar uma língua está relacionado com uma prática ou uma “forma de vida”(IF §23). Isso faz com que nossa linguagem não seja um conjunto rígido de possibilidades.

Entretanto, com a insustentabilidade da Imagem Agostiniana da Linguagem o critério utilizado para a definição do significado da linguagem, a ostensão, também se

mostra ineficaz. Consequentemente, Wittgenstein fica em dívida quanto a um elemento que defina o significado das palavras. Tendo isso em vista, Wittgenstein argumenta que a forma como usamos as palavras ordinariamente é que define seu significado. Contudo, cada jogo de linguagem possui regras para o emprego das palavras. Dessa forma, podemos dizer que usar a linguagem significativamente consiste em seguir regras. Em vista disso, e seguindo nossa argumentação desenvolvida na terceira seção, podemos concluir que seguir uma regra consiste em, primeiramente, compreender a mesma. Tal compreensão, ordinariamente, não é dependente de algum tipo de aparato mental ou um estado anímico interior a nós. Antes compreender uma regra é dominar uma técnica, cuja a qual consiste no manuseio de signos. Técnica essa que se mostra nos exemplos e explicações fornecidos por outrem.

Todavia, as ações que tomamos diante de uma regra não se dão por meio de interpretações, intuições ou sugestões da mesma. Antes, reagimos de determinada maneira de acordo com uma regra, devido a um treino na linguagem. Em outras palavras, agir de acordo com uma regra consiste num treinamento. O qual se dá imerso num contexto normativo. Contexto esse que regula nossas ações diante de uma regra. Assim sendo, dizer que alguém segue uma regra isoladamente é carente de sentido. Um vez que, seguir regras é algo que fazemos publicamente em um contexto normativo. Consequentemente, para que haja uma comunicação por meio de uma linguagem compartilhada não basta ter uma ação de acordo com a regra, é preciso haver um consenso prévio quanto as definições e os julgamentos entre a comunidade de falantes. Portanto, podemos dizer que a concepção de linguagem apresentada por Wittgenstein nas Investigações Filosóficas não se sustenta em elementos rígidos ou critérios fixos. Antes, tal concepção se fundamenta num esclarecimento da linguagem por meio de elementos pragmáticos e ordinários da linguagem.

2 Privacidade & Expressão

2.1 O Argumento da Linguagem Privada

Entre as seções 243 e 315 das Investigações Filosóficas, Wittgenstein e seu interlocutor têm uma nova discussão, a qual costumou-se chamar de “O Argumento da Linguagem Privada”. Tal discussão consiste na possibilidade de uma linguagem que exprimisse “vivências interiores”(IF §243) do sujeito, as quais seriam compreendidas apenas pelo sujeito portador dessas vivências. Nosso objetivo nessa primeira seção é mostrar que a espécie de linguagem proposta por tal argumento é algo inútil e absurda e, que nosso uso da linguagem para jogos de linguagem com sensações e emoções, se dá por meio de aplicações de regras, as quais necessitam de aprendizado público. Dividiremos nossa argumentação em dois momentos. Primeiramente abordaremos o Argumento da Linguagem Privada, com o propósito de demonstrar que o mesmo não se sustenta. E, num segundo momento, analisaremos a argumentação de Wittgenstein quanto ao emprego de palavras de jogos de linguagem com emoções e sensações, a fim de argumentar que nosso uso desse tipo de palavras se dá por meio de aplicações de regras gramaticais públicas.

Contudo, antes de apresentarmos a argumentação sobre a possibilidade da linguagem privada, cremos que seja interessante refletirmos sobre uma questão formulada na seção 243 do texto das Investigações que abre essa discussão: o caso dos monologistas. Com isso, queremos dizer que o caso dos monologistas não é o que Wittgenstein quer discutir. Antes, cremos que, tal caso é um exemplo negativo, com o propósito de evitar um possível equívoco de interpretação e objeções. Tal caso é apresentado inicialmente da seguinte forma: “Um homem pode encorajar-se a si próprio , dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la. Poder-se-ia, pois, imaginar homens que falassem apenas por monólogos”. Dessa forma, poderíamos pensar que Wittgenstein ao fazer tal questão estaria disposto a elaborar uma argumentação para sustentar a visão da privacidade do significado, de uma ontologia de objetos e eventos internos, e das condições epistêmicas das sensações e experiências, ou estados psicológicos. Porém, esse não é o objetivo de Wittgenstein ao apresentar aquela discussão. Antes ele tem como objetivo argumentar que indagar-se pela possibilidade de uma linguagem privada, que apenas uma pessoa possa entender, é algo carente de sentido.

Mas voltemos ao caso dos homem que falam apenas por monólogos. No início da discussão surge a hipótese de que a linguagem privada pudesse ser algo que possa existir apenas em uma comunidade composta por pessoas que falassem apenas por monólogos (IF §243). Isto é, uma comunidade em que, por exemplo, uma pessoa **A** fala apenas consigo mesma e apenas ela entende, mas **A** não estabelece comunicação com **B** ou **C**. Apesar dessa hipótese dos monologistas parecer ingênua e não ser o caso

específico que Wittgenstein deseja analisar, ela é importante para averiguarmos uma característica ausente na linguagem privada, a qual seja: possibilidade de compreensão e tradução. Isto é, no caso dos monologistas haveria a possibilidade de alguém que os observe e os estude, consiga traduzir suas falas em uma linguagem como a nossa, isto é: pública. É importante ressaltar que esse não é o caso da Linguagem Privada proposta na discussão de Wittgenstein e seu interlocutor. Assim sendo o caso dos monologistas serviu como um exemplo negativo para nossa argumentação, a fim de eliminar um possível erro de interpretação.

Isso posto, agora nos dedicaremos a apresentar a argumentação daquilo que costumou-se chamar de Linguagem Privada. A qual é proposta inicialmente no parágrafo 243 das IF da seguinte forma:

Mas seria também pensável uma linguagem na qual alguém pudesse, para uso próprio, anotar ou exprimir suas vivências interiores - seus sentimentos, seus estados de espírito? - Não podemos fazer isto em nossa linguagem costumeira? - Acho que não. As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas. Um outro, pois não pode compreender esta linguagem. (WITTGENSTEIN, 1999)

Isso significa dizer que, a linguagem proposta na discussão pode ser compreendida apenas pelo seu falante. Uma vez que a mesma é utilizada como um relato de percepção de sensações e experiências internas desse sujeito. E as palavras contidas nessa linguagem fazem referência a tais experiências e sensações.

Contudo, a fim de analisar de forma mais detalhada o funcionamento dessa linguagem, antes analisemos o exemplo apresentado por Wittgenstein na seção 258. No qual, LW explora o fato de anotarmos em um diário a repetição de uma determinada sensação. Dessa maneira, associaremos o signo “**S**” a tal sensação e toda a vez que sentirmos a anotaremos num calendário. Com esse exemplo, a primeira questão que se apresenta na discussão é a da definição do significado das palavras. Ou seja, como podemos definir o significado de um signo que se refere a uma sensação?. Em resposta a isso, o interlocutor de LW, argumenta que tal definição se daria por meio de uma espécie de definição ostensiva interna. A qual, funcionaria da seguinte maneira: o sujeito falaria ou escreveria o signo e no mesmo momento concentraria sua atenção na sensação, dessa forma, seria necessário um ato de ostensão interna. Ou seja, a definição ostensiva interna proposta aqui não seria semelhante a que foi discutido no capítulo passado. No qual, definiríamos o significado de uma palavra apontando com o dedo, por exemplo, para o objeto que se referenciava. Antes, essa nova espécie de definição ostensiva funciona por meio de uma concentração de atenção na sensação interna ao sujeito.

Assim sendo, bem como na Imagem Agostiniana da Linguagem essa nova espécie de linguagem proposta, também funciona de forma referencialista. Visto que tal linguagem é usada para se referir a sensações, as palavras contidas nela são definidas

por meio de uma ostensão interna e, ao mesmo tempo, saber o significado dessas palavras é saber a qual sensação elas se referem. A partir disso podemos retirar duas conclusões importantes: I) o caráter privativo dessa linguagem. Uma vez que, a mesma concebe que apenas o sujeito pode sentir e saber de suas sensações e que o significado das palavras se dá pelas sensações e, sendo assim, apenas o sujeito pode conhecer o significado das palavras contidas nessa linguagem. E II) postulação de uma espécie de ontologia interna ao sujeito¹. Para compreendermos tal espécie de ontologia é importante lembrarmos que essa linguagem utiliza, como critério de definição do significado das palavras, a *ostensão interna*. E para que ocorra uma ostensão é preciso que exista um objeto a ser apontado. Consequentemente, é necessário a existência de um objeto interno ao sujeito. Dessa forma, as sensações funcionariam como objetos internos, sensações essas que fariam parte de uma espécie de realidade ou âmbito, que postularia, necessariamente, uma ontologia interna ao sujeito.

Contudo, essa espécie de linguagem apresenta um problema gramatical muito grave, a saber: a falta de um critério de correção para o uso das palavras. Esse problema se torna evidente quando o interlocutor de LW afirma que essa espécie de ostensão interna seria um ato de “gravar em si mesmo o significado do signo ”S“. Visto que, Wittgenstein argumenta que tal ato, nesse caso, não significa uma possibilidade de recordar corretamente do significado. Mas sim, que não há um critério de correção para o significado de tal signo (IF §258). Isso significa dizer, que não há um critério que regularize o uso significativo dessas palavras. Dessa forma, não haveria regularidade ao empregar as palavras contidas nessa linguagem. E a regularidade ao utilizar as palavras, é fundamental para uma linguagem. Faremos uma pausa nessa argumentação, a fim de esclarecer e a importância da regularidade do uso das palavras para a linguagem.

Como já dito, é preciso que tenhamos regularidade ao utilizar as palavras. Ou seja, é necessário que façamos uso de uma determinada palavra sempre com o mesmo significado em determinados contextos. Pois se esse não for o caso, alguém poderia utilizar o mesmo signo, no mesmo contexto, com significados diferentes. Dessa forma, seria impossível estabelecer uma comunicação. Para tornar esse ponto mais claro pensemos no seguinte exemplo: um diálogo entre **A** e **B**. No qual, em um dia **A** utiliza o signo “ Ω ” em um determinado jogo de linguagem significando um objeto com quatro pernas, um assento e um escoro. Entretanto, em outro dia, sem acordo anterior com **B**, **A** faz uso do mesmo signo “ Ω ” no mesmo jogo de linguagem, porém agora com o significado de um animal que vive em locais muito gelados, possui duas patas, um bico e duas asas, mas que não voa. E, novamente, sem nenhuma espécie de acordo com **B**, em outro dia, mas no mesmo jogo de linguagem, **A** emprega o signo “ Ω ” agora com

¹ Uma ontologia interna ao sujeito seria uma espécie de mundo existente dentro do sujeito, tal mundo é composto por emoções e sensações. As quais funcionam como objetos. Dessa forma, poderíamos apontar para a dor, ou para a tristeza, da mesma forma que fazemos com uma cadeira ou um lápis.

o significado de uma sensação que ele sente quando os tecidos de seus corpo sofrem algum tipo de lesão. E assim **A** segue tentando dialogar com **B**, mas sempre alterando o significado do signo em questão. Por outro lado, **B**, diferentemente de **A**, aplica do signo “ Ω ” neste determinado jogo de linguagem, sempre da mesma maneira: com o significado de um objeto com quatro pernas, um assento e um escoro.

Dessa forma, através desse exemplo podemos nos questionar: É possível um diálogo entre ambos? Visto que, **A** faz uso do signo “ Ω ” sem regularidade e sem acordo no uso das palavras, certamente responderíamos que não. Isso significa dizer que, não é possível um diálogo entre **A** e **B**. Pois, não é possível determinar o significado que **A** emprega para para o signo “ Ω ”. Assim sendo, fica evidente a necessidade e a importância da regularidade no uso das palavras e, também, de uma espécie de consenso no emprego das mesmas.

Contudo, voltando ao exemplo acima apresentado, poderíamos pensar na possibilidade de alguém recorrer à palavras ambíguas utilizadas em nossa linguagem ordinária a fim de salvar o argumento anterior. Isto é, em nossa linguagem costumeira utilizamos palavras que possuem mais de um significado. A fim de esclarecer e exemplificar tal ponto pensemos no uso da palavra “para”: a qual poderia ser utilizada como uma interrupção de uma ação, tal como: “João, *para* de falar!”, ou como uma preposição que indica orientação ou sentido de algo, por exemplo: “Entregue isso *para* João”. Tendo em vista que, ambos os argumentos possibilitarem o uso de palavras com mais de um significado, alguém poderia argumentar que nossa linguagem ordinária utiliza de ambiguidade, bem como o caso anterior entre **A** e **B**. Isso faria com que assim ambos os lados fossem validados.

Dessa forma, haveria possibilidade de indeterminação do significado das mesmas. Em resposta a essa possibilidade, argumentamos que mesmo as palavras que possam ser utilizadas com significados distintos, tal como a palavra “para”, também necessitam de uma regularidade de uso de acordo com o jogo de linguagem. Podemos verificar isso quando analisamos a palavra utilizada como exemplo anteriormente. Pois, em ambas as sentenças que exemplificam o uso dessa palavra há um emprego regular da palavra no jogo de linguagem, a saber: ou como um pedido de interrupção de uma ação ou como uma indicação de sentido ou orientação a algo. Mas, é o jogo de linguagem que define seu significado. E é só pela regularidade do uso dessa palavra em determinado jogo de linguagem que conseguimos distinguir seu significado. Assim, mais uma vez, a regularidade no uso das palavras e se mostra necessário para que se possa definir o significado das palavras e, dessa forma, viabilizar a comunicação.

Bem, voltemos a nossa argumentação. Apenas para recapitular de forma breve: já mostramos até aqui que o Argumento da Linguagem Privada não possui um critério que regularize o uso de suas palavras. Conseqüentemente, não há regularidade no emprego das mesmas. E, tal como apresentamos acima, a regularidade é necessária para uma linguagem. Assim sendo, com a falta de regularidade no uso das palavras dessa

espécie de linguagem, a mesma seria inviável. Não seria possível uma comunicação, mesmo que fosse de um sujeito para consigo mesmo.

Dessa forma, Wittgenstein se dispõe a discutir a possibilidade de algum critério para essa espécie de linguagem. A primeira tentativa é de uma espécie de tabela. Isto é, uma tabela a qual consultaríamos apenas de forma imaginária. Tal tabela funcionaria de forma similar a um dicionário. Isso significa dizer que, quando sentíssemos a sensação Γ e definíssemos seu significado como **A**, então poderíamos apelar para tal tabela afim de sabermos se o fizemos corretamente. Tal como uma justificação para o nosso ato (IF §265). Contudo, Wittgenstein, na mesma seção mencionada anteriormente, questiona se “devemos chamar isto também de justificação, se esta tabela é consultada apenas na imaginação?”. Uma vez que, uma justificação deve apelar para algum âmbito independente do argumento. Em outras palavras, quando tentamos justificar algo devemos usar um critério que seja independente do nosso argumento, pois se esse não for o caso ficaremos num círculo vicioso.

Creemos que seria interessante discutir um exemplo apresentado por Wittgenstein na seção 268 das IF, para que, por meio desses possamos deixar mais claro por qual razão utilizar uma tabela imaginária como justificação para o uso das palavras, não é de fato uma justificação. Em tal seção, há a seguinte questão: “*Por que minha mão direita não pode doar dinheiro à mão esquerda?*”. A única ação que, nesse caso, seria possível, dentro de toda a prática que costumamos chamar de “doação de dinheiro”, é que a mão direita escrevesse uma doação e a canhota escrevesse um recibo da mesma. Fora isso, as outras consequências de uma doação não seriam possíveis. Uma vez que, consideramos como uma prática de doação de dinheiro quando uma pessoa **A** tem um valor “**x**” de dinheiro e essa doa essa quantia a uma pessoa **B**, a qual depois do ato da doação passa a ter uma quantia de dinheiro que ela não possuía. Dessa forma, quando nossa mão direita doa dinheiro para a mão esquerda não aconteceu uma doação de fato, o que ocorreu foi apenas um manuseio de dinheiro. Tendo em vista que, quem possui o dinheiro não são as mãos, mas sim nós. Então, quando passamos o dinheiro da mão direita para a canhota, não perdemos ou ganhamos dinheiro, continuamos com a mesma quantia, apenas realizamos um manuseio do mesmo. Portanto, quando somos questionados “Por que minha mão direita não pode doar dinheiro à mão esquerda?”, podemos responder que isso não se encaixa no que costumamos chamar de doação, mas sim de um simples manuseio.

Com isto, podemos dizer que o caso de uma mão doar dinheiro à outra é análogo ao caso de utilizar uma tabela imaginária como justificação. Uma vez que, ambos os casos não apresentam uma instância independente como justificação. Portanto, utilizar uma tabela imaginária como justificativa de emprego de palavras que remetem a sensações que apenas eu percebo, na verdade é o mesmo que não apresentar nenhuma justificação. Uma vez que, a mesma não se apoia um âmbito independente. Da mesma forma que, dar dinheiro de uma mão para a outra não é de fato doar dinheiro,

é apenas manuseá-lo. Dessa forma, a possibilidade de utilizar uma tabela imaginária como justificção para a significção das palavras se mostra insustentável e inútil.

Porém, Wittgenstein e seu interlocutor ainda tentam considerar a memória como uma justificção (IF §265). Isto é, de recordar como fora empregado o signo “S” uma primeira vez e a partir dessa recordação empregar tal signo sempre da mesma forma. Porém, tal possibilidade cai no mesmo problema da tabela imaginária. Fazendo com que, assim, não tenhamos a garantia de ter a recordação e o emprego correto sempre. Assim sendo, sem uma justificção ou um critério de correção para o uso das palavras, essa espécie de linguagem se torna inviável. Dado que, dessa maneira, ela não possuiria uma regularidade no uso das palavras, por consequência, não seria possível definir o significado das palavras, isso faria com que uma pessoa não conseguisse utilizar essa linguagem nem para dialogar com elas mesma.

Portanto, levando em consideração tudo o que argumentamos até aqui, e acentuando principalmente a incapacidade dessa espécie de linguagem em apresentar um critério ou uma justificativa eficaz para o emprego de suas palavras, cremos ser suficiente para concluir que a concepção de uma tal linguagem não se sustenta. Repassaremos agora, de forma mais abreviada, a argumentação apresentada até aqui para tornar mais claro nosso objetivo: demonstrar que o Argumento da Linguagem Privada não se sustenta. Primeiramente, cremos ser importante lembrar que essa espécie de linguagem possui um caráter referencialista. Isto é, que as palavras adquirem significado por meio da referência que fazem às sensações e emoções, essas que funcionam como objetos, segundo o Argumento da Linguagem Privada. Dessa forma, saber o significado das palavras dessa linguagem é saber a qual sensação ou emoção elas se referem. Uma espécie de ostensão interna é proposta como uma definição do significado das palavras dessa linguagem. Por conseguinte, temos uma espécie de ontologia interna estabelecida. E, essa espécie de linguagem é utilizada para relatar as sensações e emoções que o sujeito percebe do seu interior.

Contudo, mesmo que fosse possível dar-se uma definição e uma elucidação privada do significado de uma palavra, essa linguagem continuaria sendo inútil e insustentável. Uma vez que, os critérios ou justificções apresentados para o emprego das palavras de tal concepção linguística se mostraram ineficazes ou insustentáveis após nossas análises. Consequentemente, alguém que tentasse utilizá-la para relatar suas sensações ou emoções, se veria incapaz de empregar regularmente a mesma palavra, para a mesma sensação. Pois, como já dito, essa espécie de linguagem não apresentou justificções ou critérios que se sustentaram depois de os analisarmos. Isso faz com que não seja possível o emprego regular das palavras dessa espécie de linguagem. Com isso, a ostensão interna se mostra um critério ineficiente, pois o mesmo impossibilita a precisão do significado das palavras, uma vez que esse critério inviabiliza a regularidade no uso das palavras. Sem essa regularidade no uso, mesmo com um critério de definição do significado das palavras (a ostensão interna, a qual

não é eficiente), não é possível precisar o significado regular das mesma.

Visto que, alguém poderia mudar o significado destas de acordo com o dia, ou com a sua vontade. Fazendo com que assim essa espécie de linguagem se torne uma roda solta, isto é, algo que não funciona.

Dessa forma, podemos dizer que a ostensão interna é tão útil para definir o significado de emoções e sensações, quanto a ostensão pública para a definição do significado de formas e cores. Isso significa dizer que, a ostensão interna que é utilizada como critério definição do significado se mostra inútil e ineficiente. Como consequência disso, cai por terra uma espécie de ontologia interna, as palavras dessa linguagem ficam sem sentido e, sem ontologia interna, não há o que perceber, muito menos o que relatar. Assim, o Argumento da Linguagem Privada cai no absurdo e faz com que percebamos que propor uma linguagem utilizada para relatar “vivências internas - seus sentimentos, seus estados espírito”(IF §243), cuja a qual apenas o sujeito que sente tais coisas possa entender é algo carente de sentido.

Uma vez que, cremos ter demonstrado que aquilo que costumou-se chamar de Argumento da Linguagem Privada é algo absurdo cria-se um vácuo. Isso significa dizer que, se não é de forma referencialista e descritivista que lidamos com as palavras em jogos de linguagem com sensações e emoções, então como o fazemos? Tendo em vista essa lacuna e essa questão é que nos encaminhamos para a próxima parte da nossa argumentação. Na qual, analisaremos como Wittgenstein argumenta quanto ao uso desse tipo de jogo de linguagem em especial.

2.2 Uso expressivo da Linguagem

Em nossa discussão na seção anterior o Argumento da Linguagem Privada se mostrou ineficaz e insustentável. Consequentemente, temos a abertura de algumas lacunas, sendo elas: I) como utilizamos a linguagem para falar de jogos de linguagem que contenham palavras ligadas à sensações e emoções. E II) como as palavras desses jogos de linguagem adquirem significado. Tendo tais pontos em vista, nosso objetivo nesta seção é compreender a argumentação de Wittgenstein quando ao uso de conceitos psicológicos, ou palavras ligadas à sensações e emoções, a fim de preencher essas lacunas abertas pela insustentabilidade da Linguagem Privada. A fim de alcançar tal propósito dividiremos nossa argumentação em dois blocos. O primeiro deles tratará do nosso modo de uso da linguagem quanto a conceitos psicológicos e o segundo quanto a forma que tais conceitos adquirem significado.

Bem, como já dito neste primeiro parágrafo analisaremos nosso modo de usar os conceitos psicológicos. De forma mais pormenorizada: nosso objetivo aqui é compreender a argumentação de W. quanto a forma que empregamos nosso linguagem ordinária ao lidar com palavras ligadas à sensações e emoções. Para tanto seria relevante para nossa argumentação primeiramente pontuar algumas imagens do argumento da

Linguagem Privada, para posteriormente apresentar a argumentação wittgensteiniana com mais clareza.

Assim sendo, a primeira imagem que gostaríamos de analisar é a de um mundo interior no qual sensações e emoções ocorrem. Uma vez que tal ponto já fora levantado na seção anterior cremos que não será necessário justificar o mesmo. Assim sendo, seguimos com nossa argumentação e, apenas a fim de ilustrar tal ponto consideremos o que diz LW na seção 423 *Investigações*: “*Certo, em você acontecem todas essas coisas. - E agora deixe-me apenas compreender a expressão que usamos. - A imagem está aí. [...] Deixe-me apenas agora compreender o emprego da imagem*”. De acordo com esse ponto e sua exemplificação, temos uma consequência muito importante, a qual seja: I) utilizamos a linguagem para descrever fenômenos internos, tais como: sensações, emoções, crenças, intenções, etc. Como já vimos anteriormente, tal forma de emprego da linguagem não se sustentou. Porém é importante continuarmos a explorá-lo para que o contraste com o argumento de LW. seja mais amplo.

Bem, como vimos, segundo tal concepção a linguagem é utilizada para descrever eventos internos. Cremos que só faz sentido se falar de algo interno se contrapormos com algo externo e é exatamente este o segundo ponto que queremos levantar: a relação entre interior e exterior. A fim de analisar tal ponto, utilizaremos como exemplo a palavra “dor”, pois é um conceito psicológico recorrente nas discussões wittgensteinianas. E, cremos também que, o caso apresentado por Wittgenstein na seção 421 das *Investigações* é um bom ponto de partida:

Parece-nos paradoxal que, em *um* relato, misturemos, numa grande confusão, estados corporais e estados de consciência: “Ele sofria enormes dores e revirava-se agitado”. Isto é bem comum; por que nos parece, pois, paradoxal? Porque queremos dizer que a frase trata de coisas palpáveis e impalpáveis. (WITTGENSTEIN, 1999)

Com base neste trecho das IF, poderíamos estabelecer a seguinte imagem: estamos lidando com duas coisas completamente díspares, as quais provém de âmbitos distintos: I) o comportamento, que é externo e II) as sensações, que seriam internas. Essa ideia de que estarmos lidando com dois âmbitos diferentes um do outro é reforçada se atentarmos para os termos “palpáveis” e “impalpáveis”, as quais seriam externas e internas, respectivamente. E, tendo em vista, tal dualidade de naturezas poderíamos pensar na possibilidade dos seguintes casos: uma pessoa **A** que age de forma como quem sente dores e realmente as sente, haveria também a possibilidade de uma pessoa **B** que se comporta como quem sente dores, porém não as sente e, de forma oposta a esse caso poderíamos ter uma pessoa **C** que sente dores, porém se comporta de forma com quem não as sente.

Bem, dois pontos levantados são suficientes para nossa argumentação até o momento. Com isso, podemos nos voltar agora à uma breve exploração de tais premissas. Sendo que até o momento temos as premissas: I) há a necessidade de um

ontologia interno ao sujeito, na qual conceitos psicológicos acontecem, tais como dor, crenças, sensações, emoções, medos, etc. Por isso II) utilizamos a linguagem para descrever tais eventos internos. E que III) lidamos com dois âmbitos distintos: interno (conceitos psicológicos) e externo (comportamento). Logo, poderíamos nos questionar se quando descrevemos o que está acontecendo internamente ao sujeito e, em relação a isso, seus comportamentos estamos fazendo isso de forma correta ou incorreta.

A fim de tornar a nossa investigação mais clara ao leitor pensemos no seguinte exemplo: João possui um evento importante no período da tarde. Porém, no período matutino ele apresenta alguns comportamentos diferentes dos que ele costuma apresentar: João leva a mão às costas, na região lombar, com frequência, tenta massagear a região, de vez em quando manca levemente e aparenta ter dificuldades para achar uma posição confortável ao sentar. Ao notar tal comportamento alguém indaga João quanto as suas ações e o mesmo responde: “Sinto dores nas costas!”. Com esse exemplo, algumas questões filosóficas poderiam surgir. Tais como: indagar por uma certificação ou por algum meio que possa nos dar garantia das sensações que uma pessoa sente. A fim de responder tal questão, somos levados à considerar a possibilidade de elaborar uma resposta com bases epistemológicas. Isto é, teríamos de acessar e observar sensações de dor e comportamento de dor da pessoa e indagá-la a pessoa por justificativas ou provas de suas sensações para que assim soubéssemos se o que ela diz e a forma que ela se comporta são condizentes com aquilo que ela sente. Isso se assemelha ao caso apresentado na seção 429 das *Investigações Filosóficas*, vejamos:

O acordo, a harmonia, entre pensamento e realidade repousa no fato de que quando digo falsamente que algo é *vermelho*, esse algo, mesmo assim, não é *vermelho*. E se quero explicar a alguém a palavra “vermelho” na frase “isso não é vermelho”, aponto, com esse fim, para algo vermelho. (WITTGENSTEIN, 1999)

A semelhança entre o ponto apresentado, sobre justificativas para sensações, e a citação acima reside no fato de que temos duas proposições e queremos aplicar os conceitos de verdade e falsidade em ambas. Para tanto, é necessário que comparemos o conteúdo da proposição e a realidade. Entretanto, no caso de João temos uma proposição que se relaciona com sensações e comportamentos da pessoa, e no caso das IF §429 temos uma relação com palavras relacionadas à cor.

Voltemos ao caso de João para esclarecermos como esse argumento, ou essa alternativa funcionaria. Bem, a partir da proposição fornecida por João “Sinto dores nas costas!”, seguindo o argumento levantado anteriormente, deveríamos primeiramente tentar aplicar as palavras “verdadeiro” ou “falso” para tal proposição. Contudo, para que possamos utilizar tais conceitos é necessário que anteriormente tenhamos estabelecido um critério de verificação para o comportamento e também para a sensação em questão. Isso significa dizer que, teríamos previamente uma espécie de comportamento padrão

para dores nas costas, o qual deveríamos comparar com o comportamento apresentado por João. Também necessitaríamos de um sentimento padrão de dores nas costas, algo como uma espécie de tabela reguladora de sensações (IF §265). E por fim, haveria a necessidade de aceitarmos uma espécie de ontologia interna ao sujeito, pois teríamos de acessar o interior de João para que observássemos sua dor e compará-la com a nossa dor padrão. Somente após termos definido esses pontos seríamos capazes de comparar o comportamento e a dor de João com os nossos padrões estabelecidos e dizer se sua proposição é verdadeira ou falsa.

Entretanto, não possuímos um método para acessar o interior de João, para que possamos observar seu sentimento de dor. Sendo assim, não podemos apontar para a dor dele a fim de compará-la com nossa sensação padrão de dor, nem com seu comportamento. Tal como fazemos com a palavra “livro”, ou “geladeira”, na qual podemos fazer um comparação entre conceito, ou definição, e objeto referente. Com a ausência de acesso e comparação, a aplicação dos conceitos de verdade e falsidade na preposição sobre dores se torna inviável. Causando assim uma inviabilidade na certificação quanto as dores que João sente.

É importante esclarecer que o argumento que busca por uma certificação dos sentimentos de outrem, exemplificado no caso de João que sente dores nas costas, utiliza dos mesmos critérios de verificação que a concepção de uma Linguagem Privada. Uma vez que, ambas as visões compartilham da necessidade de uma ontologia interna ao sujeito para que proposições ligadas à sensações e emoções possam ser verificadas, tais como objetos internos. Assim sendo, temos de antemão que essa possibilidade de nos certificarmos quanto as sensações de João é ineficaz. Tendo em vista que, a mesma possui os mesmos fundamentos do Argumento da Linguagem Privada. Anteriormente já demonstramos a insustentabilidade do mesmo, sendo assim, não achamos necessário retomar a argumentação. Considerando que esses dois pontos não se sustentam, temos como consequência uma ausência da necessidade ontológica, e também uma incapacidade de adequar os conceitos de verdadeiro e falso na sentença “Sinto dores nas costas!”. Com isso, voltamos a ter uma lacuna: como utilizamos a linguagem para lidar com conceitos psicológicos, ou seja, palavras ligadas à sensações e emoções.

Uma vez que, utilizar a linguagem para descrever emoções e sensações, de forma verdadeira ou falso, se mostrou algo inviável, devemos investigar outra hipótese de uso da linguagem para tais tipos de palavras. Para tanto analisaremos as IF §244 a fim de defender o argumento apresentado por LW:

Por exemplo, da palavra “dor”. Esta é uma possibilidade: palavras são ligadas à expressão originária e natural da sensação, e colocadas no lugar dela. Uma criança se machucou e grita; então os adultos falam com ela e lhe ensinam exclamações e, posteriormente, frases. Ensinam à criança um novo comportamento perante a dor.

“Assim, pois, você diz que palavra ‘dor’ significa, na verdade, o gritar? - Ao contrário; a expressão verbal da dor substitui o gritar e não o descreve. (WITTGENSTEIN, 1999)

Na citação acima, Wittgenstein expõe o argumento de que utilizamos a linguagem de forma expressiva para tratar de palavras ligadas à sensações e emoções. Vejamos de forma um pouco mais pormenorizada primeiro se esse argumento se sustenta e, se esse for o caso, quais são as consequências dele.

A hipótese anterior, como o argumento da Linguagem Privada, se mostrou insustentável. Pois, como vimos anteriormente, tal hipótese não tem possibilidade de acesso direto à sensação ou emoção do sujeito. Entretanto, não podemos utilizar o mesmo argumento contra o argumento levantado por Wittgenstein. Pois, diferentemente de um uso descritivo que é aparentado das palavras “justificação”, “verdadeiro”, “falso” e “verificação”, um uso expressivo da linguagem se aparenta com as palavras “manifestação” e “exibição”. Isso significa dizer que, compreender que utilizamos palavras ligadas à sensações e emoções de forma expressiva faz com que não necessitemos de justificações, consequentemente acessar à sensações ou à emoção é algo desnecessário aqui.

E, exatamente pelo fato desse modo de uso da linguagem estar aparentado com a palavra “manifestação”, que por sua vez se aparenta com “publicidade”, automaticamente esse argumento se livra do entrave da privacidade do significado, tal como apontamos na seção anterior. Bem, uma vez que o uso expressivo da linguagem não tem dependências epistemológicas, nem problemas com a privacidade das suas palavras isso nos é suficiente para aceitar que o mesmo se sustenta. Após aceitarmos a sustentabilidade do argumento de LW analisaremos algumas consequências do mesmo.

Uma vez que, os conceitos de “verdade” e “falsidade” não se aplicam ao uso expressivo da linguagem, uma primeira consequência que temos é em relação a falta de certificação da sensação ou emoção de alguém em relação à sua expressão. A fim de esclarecer este ponto, voltemos ao caso de João. A consequência do argumento em questão é que não seríamos capazes de nos certificar se João realmente sente dores e por causa disso age como quem sente dores nas costas, ou o inverso: se ele age como quem sente dores nas costas, porém está a fingir. E esta diferença de expressão quanto à sensações e emoções é abordada em IF §446: “*Quando um processo acontece, parece diferente do que quando não acontece*’. Ou: “*Uma mancha vermelha parece diferente quando está aí, do que quando não está aí* “. Isso significa dizer que, há diferenças de expressão quando sentimos algo ou quando estamos apenas fingindo, tal como uma pessoa que diz sentir dores nas costas colocando a mão na coluna por vezes apenas para escapar de suas responsabilidades ou realmente as sente e as expressa gritando ou gemendo para pedir ajuda. Essa falta de acessibilidade às sensações de outrem nos permite duvidar ou não de seu comportamento. Em suma: a incerteza quanto à sensação e emoção de alguém faz parte desse jogo de linguagem,

e não há problemas quanto a isso, pois não procuramos por fins epistêmicos apenas comunicação.

Outra consequência que podemos apontar é ligação entre sensação e expressão. Se por um lado o uso descritivo da linguagem, tal como o da Linguagem Privada, necessitava estabelecer uma ponte entre a sensação e a manifestação da dor (IF §245), por exemplo, o uso expressivo da linguagem possui tem tal necessidade. Tendo em vista que, quando sentimos uma dor, tal como uma criança quando se machuca, a expressamos naturalmente (IF §244), seja com gritos, gemidos, caretas, entre outros (IF §257). Poderíamos comparar a sensação e sua expressão com lados de uma moeda: tal objeto é composto de dois lados, os quais possuem características distintas, mas ainda assim fazem parte de um mesmo objeto. Tal como a sensação de dor e o comportamento de dor (expressão), ambos possuem características próprias, porém eles fazem parte de uma mesma coisa. Consequentemente, assim como há uma ligação natural com cara e coroa, também exista tal ligação entre sensação e expressão.

Ainda nesse âmbito do uso da expressão, porém agora tratando de objeções, nossa argumentação poderia sofrer duas indagações. A primeira delas é da seguinte maneira: quando sentimos uma dor e a expressamos por meio de gritos ou dizendo que a sentimos, temos a manifestação de uma dor. Porém, quando nos comportamos de forma como quem sente dores, mas não as sentimos, como estaríamos utilizando a linguagem nesse caso? Frente a isso, argumentamos que em casos como esse fazemos uso de um jogo de linguagem que envolve mentira. E assim como qualquer outro jogo de linguagem necessita de aprendizagem (IF §249) e comunica algo. Tal como Wittgenstein nos mostra em RPP I §142: *“The child that is learning to speak learns the use of the words ‘having pain’, and also learns that one can simulate pain. This belongs to the language-game that it learns”* Wittgenstein (1980). Assim sendo, para que alguém seja capaz de mentir ela necessita de treinamento na linguagem, porém por estarmos tratando de emoções e sensações não temos critérios para distinguir com precisão este caso, porém podemos dizer que há uma diferença no comportamento quando sente-se a dor e quando não sente-se dor. E, quanto a comunicação: quando mentimos para alguém estamos também comunicando algo, podemos estar tentando disfarçar uma insegurança, maquiar um fato ou algo do gênero. Com isso cremos que tal indagação fora sanada.

A segunda indagação é relacionada à não manifestação de sensações e emoções. A qual seria: quando alguém sente uma sensação ou emoção, porém não as manifesta, não estaria fazendo um uso privado das mesmas, fazendo com que assim o argumento da Linguagem Privada possa ser retomado? Tendo isso em vista, argumentamos que não existe tal possibilidade. Pois, tal como LW. nos apresenta na seção 244 das *Investigações* temos uma manifestação natural de dor, tal como um grito, e para que sejamos capazes de omiti-lo, ou não manifestá-lo, necessitamos de

treinamento. Entretanto isso não torna a sensação privada. E por “privada” queremos dizer incapazes de serem públicas, manifestadas. Podemos comparar tal caso com um jogo de cartas, tal como poker: quem sabe como jogar Poker, também sabe que, em situações normais do jogo não mostramos nossas cartas aos outros participantes, porém nada nos impede que o façamos. É apenas parte do jogo não apresentar nossas cartas aos demais. Portanto, nesse caso não temos uma privacidade da sensação, antes temos o resultado de um treino, no qual é desenvolvida a habilidade de não manifestar o que é naturalmente público.

Portanto, cremos que a argumentação apresentada até o momento é suficiente para aceitarmos que utilizamos a linguagem de forma expressiva em jogos de linguagem com palavras ligadas à emoções e sensações. A fim de lembrar o leitor das nossas justificativas faremos uma breve síntese da argumentação. Primeiramente é importante lembrarmos da comparação entre um uso descritivo e um uso expressivo. Aquele esbarra nos critérios de verificação de proposições. Isto é, por não poder acessar sensações e emoções o modo descritivo se torna inviável. Pois, ele não consegue definir se as proposições são verdadeiras ou falsas, tal como pretende. Por outro lado, o modo expressivo não esbarra nos mesmos obstáculos. Uma vez que, o objetivo deste é apenas comunicar, expressar, manifestar sensações e emoções. E isto é algo que fazemos naturalmente com gritos, por exemplo. Dessa forma, podemos dizer que expressão e sensação e emoções são similares à cara e coroa de uma moeda: são dois lados de uma mesma coisa. Contudo, um obstáculo com que este modo de uso da linguagem tem de lidar é a incerteza quanto as emoções e sensações de outrem. E antes de buscar por meios de dar certeza para sabermos o que se passa com o outro, e ter o risco de assemelhar-se com o modo descritivo, o argumento de Wittgenstein simplesmente aceita tal incerteza como parte desse jogo de linguagem, fazendo com que assim seja cabível duvidar do que o outro expressa por meio de seu comportamento ou fala, permitindo também mentir ou omitir sensações e emoções sem que o argumento caia por terra. Uma vez que, tais formas também são maneiras de comunicação, o qual é o objetivo de um modo expressivo da linguagem. Consequentemente não há separação de algo interno e externo. O que temos é uma conexão gramatical natural entre sensação de dor e sua manifestação na linguagem. E não dois âmbitos distintos, mas sim duas coisas distintas conectadas naturalmente pela gramática.

3 Epistemologia e Gramática

No capítulo anterior nossa argumentação nos levou a concluir que o Argumento da Linguagem Privada não se sustenta por dois princípios: um epistemológico e outro linguístico. Do primeiro ponto de vista, o epistemológico, a insustentabilidade se dá pelo fato de que tal argumento prevê que saber o significado de uma palavra é conhecer a sensação cuja a qual a palavra referencia. Contudo, não temos acesso às sensações de outrem, tal como o argumento necessita. Dessa forma, somos privado do conhecimento das sensações do outro. Por outro lado, do ponto de vista linguístico, o A. L. P. não se sustenta pois, não é capaz de fornecer um critério eficiente para a regularidade de uso das palavras. Fazendo com que assim não seja possível seguir uma regra de aplicações das palavras. E como já argumentamos no primeiro capítulo, seguir uma regra é critério necessário para a constituição do significado.

Bem, mesmo o Argumento da Linguagem Privada ter se mostrado insustentável sob o crivo das nossas análises e apesar de já termos argumentado que, de acordo com Wittgenstein, utilizamos palavras ligadas a emoções e sensações de forma expressiva (pontos esses que eram nossos objetivos gerais), queremos ainda analisar uma última questão, a saber: ao analisar a hipótese do A. L. P., Wittgenstein estaria fundamentando seus argumentos em um ponto de vista epistemológico ou gramatical? Assim sendo nosso objetivo nesse terceiro, e último, capítulo tem como objetivo responder a esta questão. Para tanto, estabelecemos o seguinte trajeto: num primeiro momento apresentaremos o ponto de vista epistemológico. Num segundo momento apresentaremos o ponto de vista gramatical, para que, por fim possamos analisá-las e compará-las, fazendo com que assim cheguemos ao nosso objetivo e, por fim, possamos analisar as possíveis consequências de um e outro ponto de vista para ou sobre a discussão do argumento da linguagem privada.

Entretanto, antes de iniciarmos nossas análises desse capítulo, é importante esclarecer o que compreendemos como a hipótese epistemológica e a hipótese gramatical em relação ao Argumento da Linguagem Privada. Sob nosso ponto de vista, a hipótese epistemológica pode ser definida da seguinte forma: conhecer o significado de uma palavra do vocabulário psicológico é conhecer a sensação ou emoção que esta palavra designa. Sendo assim, o reconhecer, conhecer ou saber que experiência é designada pela palavra uma sensação ou emoção se torna fundamental aqui. Por outro lado, consideramos que a hipótese gramatical pode ser expressa da seguinte forma: compreender o significado de uma palavra é compreender a forma que a mesma é empregada, usada. Assim sendo, o uso ou o emprego das palavras, segundo regras ou a partir de regras de emprego, se torna o centro da discussão o critério de compreensão do vocabulário psicológico. Uma vez que os esclarecimentos necessários foram realizados, iniciaremos as análises.

3.1 Visão Epistemológica

A fim de apresentar uma visão epistemológica do ALP optamos por expor a argumentação feita por A. J. Ayer em *Can There Be a Private Language?* (PITCHER, 1968, pg. 251 - 266.). Esse texto, que fora publicado primeiramente em 1954 na *Aristotelian Society Supplementary Volume, Volume 28*, foi uma das primeiras análises dos escritos de Wittgenstein que apresenta uma visão epistemológica. Contudo, é importante dizer que os aspectos epistêmicos do texto não são aparentados à teorias do conhecimento, ou como justificamos crenças verdadeiras, ou ainda quanto ao critério de verdade. Antes, os aspectos epistêmicos discutidos por Ayer se mostram na discussão de pontos que dizem respeito a relação entre conhecer, saber ou reconhecer uma sensação e o significado de uma palavra.

Ayer inicia seu texto apresentando alguns exemplos que se apresentam no uso comum de linguagem privada, tais como: uma linguagem que é compreendida por apenas um certo grupo de pessoas, indivíduos que criam símbolos distintos de uma linguagem padrão e os anotam em diários a fim de que outras pessoas não os compreendam, algumas gírias ou jargões que são utilizados por apenas um conjunto de pessoas, entre outros. Contudo, Ayer argumenta que nenhum desses exemplos assemelham-se ao que os filósofos têm compreendido como uma linguagem privada. Para utilizar as próprias palavras de Ayer: *“What philosophers usually seem to have in mind when they speak of a private language is one that is, in their view, necessarily private, in as much as it is used by some particular person to refer only to his own private experiences.”* pg. 252. Ou seja, Ayer compreende que, geralmente quando filósofos falam de uma linguagem privada, entende-se que está a se falar de uma linguagem que se refere às experiências privadas de uma pessoa.

Após essa breve introdução, Ayer apresenta a visão de Wittgenstein quanto ao que considera que se constitua em uma linguagem que seja utilizada para falar de experiências privadas. Vejamos a visão de Ayer quanto a isso:

In his *Philosophical Investigations* Wittgenstein [. . .] seems to take the view that someone who attempted to use language in this private way would not merely be unable to communicate his meaning to others, but would have no meaning to communicate even to himself; he would not succeed in saying anything at all (pg 254).

Posterior a isso, Ayer a fim de consolidar sua visão interpretação dos argumentos de Wittgenstein apresenta cinco seções das IF. Sendo elas em ordem de apresentação: §§258, 261, 265, 256 e 270. Nessas seções, podemos de forma muito resumida e apenas para dar um contexto geral ao leitor, podemos dizer que Wittgenstein e seu interlocutor estão discutindo como atribuímos significado, por meio de uma ostensão interna, a uma palavra que se refere a uma sensação “S”, por exemplo, e quais são

nossas justificativas para o emprego de tal palavra. Tendo isso em vista, Ayer apresenta o argumento de Wittgenstein da seguinte maneira:

A point to which Wittgenstein constantly recurs is that the ascription of meaning to a sign is something that needs to be justified: the justification consists in there being used correctly; independent, that is, of the subject's recognition, or supposed recognition, of the object which he intends the sign to signify. His claim to recognize the object, his belief that it really is the same, is not to be accepted unless it can be backed by further evidence. Apparently, too, this evidence must be public: it must, at least in theory, be accessible to everyone. Merely to check one private sensation by another would not be enough. (pg. 256)

Segundo Ayer, para Wittgenstein a atribuição de significado a um símbolo precisa ser justificada. Tal justificação deve ser independente do sujeito, pública e acessível a outrem. É importante frisar que a interpretação de Ayer não é que o uso seja justificado, e sim que a atribuição de significado da palavra deve ser justificada.

Ayer se posiciona de forma contrária ao argumento da justificação independente ao sujeito apresentada por LW. Ele argumenta que: utilizar a palavra para se referir ao objeto de forma correta, por fim reside no testemunho, no reconhecimento das suas sensações (pg. 257). E isso é algo que não necessita de um teste. Com o propósito de analisar melhor esse argumento pensemos no caso de estarmos em uma estação de trem e termos a necessidade de checar o horário da partida de um trem qualquer. Bem, nesse caso, segundo Ayer, poderíamos inicialmente recorrer à nossa memória, isto é: tentarmos nos lembrar do horário de partida do trem. Entretanto, cogitemos o caso de nossa memória não ser uma fonte segura, pois ela pode falhar. Assim sendo, poderíamos ainda ter a possibilidade de olhar para uma tabela de horários, ou pedir tal informação para alguém na estação. Com o propósito de justificar seu argumento Ayer escreve: *It is through hearing what other people say, or through seeing what they write, or observing their movements, that I am enabled to conclude that their use of the word agrees with mine* (pg. 257). Tendo em vista a conclusão de Ayer, que será analisada adiante, depende desse argumento, é importante esclarecer que, para o filósofo inglês o reconhecimento da minha sensação me permite concluir se o meu uso das palavras é coerente com o de outras pessoas. Isso significa dizer que, para que eu possa checar se uso as palavras corretamente, preciso primeiramente reconhecer a sensação que ouço alguém falando, ou que vejo alguém indicando para algum local, por exemplo, e se preciso comunicar algo é necessário que eu reconheça minha sensação previamente. Consequentemente, essa visão linguagem possui elementos epistêmicos muito claros. Pois, é o conhecimento de sensações e emoções que baseia o uso das palavras.

A partir destes argumentos Ayer volta à discussão quanto à relação entre definição do significado de palavras ligadas a objetos e à sensações. Isso significa dizer que, Ayer retoma o argumento do interlocutor de Wittgenstein de anotar a descrição de uma sensação em um diário e, em seguida, concentrar a atenção na mesma, sempre

que se quer dar significado aos signos anotados como uma forma de ostensão interna, dessa forma a pessoa gravaria a ligação da palavra com a sensação. Ora, segundo Wittgenstein este seria um ritual sem sentido (IF §258), pois, como argumentamos no segundo capítulo, mesmo que alguém fizesse essa anotação ela não teria critérios para corrigir o seu uso da palavra. Porque a garantia de aplicação correta da palavra será a própria pessoa que a aplica, assim o correto seja simplesmente o que lhe parece correto, fazendo com que o uso da palavra correto perca seu sentido. Pois, só faz sentido falar de “correto” em contraposição de “incorreto”. Contudo, não tendo em vista essa justificativa, Ayer questiona por que esse ato de concentrar a atenção na sensação a fim de atribuir significado a mesma seria sem sentido e apontar para um objeto com o mesmo propósito não é sem sentido. Uma hipótese levantada por Ayer seria a possibilidade de clareza na definição. Vejamos como ele expõe isso:

I suppose that the reason why the gesture is thought to be important is that it enables me to make my meaning clear to others. Of course they have to interpret me correctly. If they are not intelligent, or I am not careful, they may think that I am pointing to one thing when I really intend to point to another. (pg. 258)

Ou seja, Ayer apresenta o argumento de que a ostensão permite uma clareza na definição do significado. Uma vez que, há a possibilidade de observar os objetos referenciados. Isto devido ao fato de que tal forma de definição do significado estabelece uma relação suficientemente clara entre palavra-objeto. Por tal razão, uma forma de ostensão privada seria inútil, pois não é possível observar sensações e emoções. Sendo assim, outras pessoas não saberiam ao que estamos nos referindo. Entretanto, o objetivo de Ayer não é defender tal argumento integralmente, mas antes mostrar que o mesmo é baseado em dois pressupostos, ambos falsos. Os quais que ele apresenta da seguinte forma:

One is that in a case of this sort of is impossible, logically impossible, to understand a sign unless one can either observe the object which it signifies [. . .] And the other is that for a person to be able to attach meaning to a sign it is necessary that other people should be capable of understanding it too. (pg. 258)

Os pressupostos indicados por Ayer são: I) impossibilidade lógica de compreensão de uma palavra ao menos que outra pessoa possa também observar o objeto referido e II) para que alguém atribua significado a uma palavra outra pessoa igualmente deve ser capaz de compreendê-la. A fim de desenvolver uma análise para sustentar que tais princípios são errôneos, Ayer opta por utilizar o caso de Robinson Crusóe. Personagem principal de uma novela escrito pelo britânico Daniel Defoe intitulada Robinson Crusóe, publica em 1719 na Inglaterra. A fim de compreender a argumentação de Ayer pensemos no seguinte caso: um homem, Robinson, fora deixado sozinho em uma ilha desde bebê e cuidado por alguma espécie qualquer de animal até que tivesse

habilidades de sobrevivência. Dessa forma, Robinson nunca teve contato com uma língua humana. É certamente possível que Robinson, por crescer na ilha, tivesse algum tipo de conhecimento geográfico do local, sabendo aonde poderia achar recursos alimentícios, bem como locais para se abrigar diante de condições climáticas adversas. Não há nenhuma impossibilidade lógica que nos faça pensar que Crusóé utilizaria esses tipos de conhecimento frequentemente. Nem, tampouco, que o mesmo pudesse reconhecer diversos locais, alimentos, animais ou plantas da ilha e criasse palavras para se referir a tais coisas. Uma vez que, há a possibilidade de Robinson reconhecer coisas da fauna e flora da ilha e que pode criar palavras para as descrever, nada nos impede que admitamos que ele também o faça para com suas sensações e emoções (pg. 259). E, seu *modus operandi* com as palavras, tanto as que se referem a fauna e a flora, quanto as relacionadas à sensações e emoções, se baseariam em sua habilidade de recordar, ou seja, na sua memória.

Como vimos no capítulo anterior, utilizar a memória como justificção para o uso das palavras, ou no caso da argumentação de Ayer, para o reconhecimento de sensações ou emoções pode ser um recurso problemático. E até mesmo Ayer reconhece que podem haver erros, tais como: o caso de Robinson olhar palavra um pássaro **A** e reconhecê-lo como um outro pássaro muito diferente, ou, até mesmo similar, mas não da mesma espécie de **A** que ele havia nomeado previamente. Paralelo a esse caso, poderíamos elaborar a hipótese de que Robinson agora reconhece erroneamente uma sensação. Frente a tal obstáculo, Ayer argumenta:

In this respect he is indeed like Wittgenstein's man who buys several copies of the morning paper to assure himself that what it says is true. But the reason why this seems to us so absurd is that we take it for granted that one copy of a morning paper will duplicate another; there is no absurdity in buying a second newspaper, of a different type, and using it to check the first. And in a place where there was only one morning newspaper, but it was so produced that misprints might occur in one copy without occurring in all, it would be perfectly sensible to buy several copies and check them against each other. (pg. 260)

Isso significa dizer que: Ayer não teria problema em admitir que usar a memória é um recurso falho, às vezes. Mas isso, para ele, não é o mesmo caso de uma pessoa que compra sempre o mesmo jornal para ver se está certo (IF §265), pois de acordo com a argumentação de Wittgenstein, isso seria utilizar algo errado para se justificar, tendo em vista que não se usa um critério de correção independente do jornal. Antes, Ayer argumenta que há essa possibilidade de falha da memória, contudo diversas outras aparições de uma sensação poderiam ser utilizadas como uma espécie de correção da primeira. E, tal como ele argumenta: é necessário que nossos testes cessem em algum ponto, no caso de Robinson Crusóé, esse limite é sua memória. Pois, de acordo com Ayer "we are supposing that beyond his memory there is no further test." (pg. 260 - 261).

Bem, até o momento, o caso de Robinson Crusóé, tal como apresentado por Ayer permite que ocorra a criação de uma linguagem que se refira a fauna, flora e sensações e que, além disto, a memória possa ser usada como critério para o reconhecimento. Contudo, Ayer analisa brevemente o funcionamento dessa linguagem entre Robinson Crusóé outro personagem da novela que aparece e lhe serve de companhia de Man Friday. Tendo isso em vista, por um lado, não há impossibilidade lógica de que Robinson ensine para Man Friday as palavras relacionadas a fauna e flora. Ora, plausivelmente isso pode ser feito por meio do gesto de apontar para o objeto e emitir um som que nomeie o mesmo. Por outro lado, se analisarmos as palavras ligadas as sensações de Robinson, essas não possuem possibilidade de serem ensinadas, nem aprendidas. Pois, Robinson seria incapaz de apontar para suas sensações a fim de indicá-las para Man Friday ou ensinar-lhe o significado de palavras para sensações. Ele poderia apontar para partes de seu corpo onde, plausivelmente, as sensações ocorrem, porém ainda não seriam suas sensações já que, segundo essa visão da língua, as mesmas são processos internos e privados apenas a quem as sentem, o que é o caso contrário das partes do corpo, as quais são externas e públicas. Assim sendo, Man Friday não compreenderia o significado de palavras ligadas as sensações privadas de Crusóé, pois ele não saberia ao que elas se referem. Uma vez que ele não “tem” as sensações “possuídas” por Crusóé. E de acordo com a argumentação de Ayer, não conhecer a referência é sinônimo de não conhecer o significado.

Contudo, apesar das palavras que se referem as sensações de Robinson Crusóé não poderem ser ensinadas, isso não significa que esse uso da linguagem criada por ele seja inútil. Vejamos o que Ayer argumenta sobre esse ponto:

And in the cases where these sensations are entirely private, in the sense that they have no 'natural expressions' which Man Friday can identify, it may well be that Crusóé fails to find any way of teaching him the use of the words which he employs to stand for them. But from the fact that he cannot teach this part of his language to Man Friday it by no means follows that he has no use for it himself. (pg. 261)

Isso significa dizer que, seria possível que Robinson Crusóé utiliza-se uma espécie de linguagem que unicamente ele compreende-se, tendo em vista que apenas ele sabe ao que as palavras dessa linguagem se referem.

Portanto, com esse exemplo do caso de Crusóé, Ayer conclui que:

I conclude, first, that for a person to use descriptive language meaningfully it is not necessary that any other person should understand him, and, secondly, that for anyone to understand a descriptive statement it is not necessary that he should himself be able to observe what it describes. (pg. 265)

Isso significa dizer que, a conclusão da argumentação de A. J. Ayer é que a compreensão de outrem não é necessária para que se use a linguagem significativamente e não é necessário que alguém seja capaz de observar o que uma proposição se refere

para compreendê-la, nem mesmo no caso de palavras de um vocabulário psicológico. Agora, visando reforçar a compreensão por parte do leitor, é relevante recapitular os argumentos que levaram a tal conclusão. Assim sendo, faremos uma breve revisão da argumentação feita nessa seção. Primeiramente, é importante lembrar o argumento retirado da análise do caso da estação, no qual precisamos checar o horário de saída de um trem e recorreremos a outras pessoas: no fim das contas, utilizar as palavras de forma adequada depende do testemunho sensações privadas. E, ainda mais, a partir do reconhecimento de tais sensações, eu sou capaz de concluir se meu uso concorda com os demais. Posteriormente, Ayer apresenta uma visão de funcionamento da definição do significado da linguagem. Segundo ele, tal visão está baseada em duas pressuposições, as quais ele considera falsa. São elas:

- 1) A impossibilidade lógica de compreensão de uma palavra sem que haja uma observação ao que ela se refere. Ayer argumentar que isso é falso, por meio do caso de Robinson Crusóé. Pois, de acordo com a argumentação do A. J. Robinson pode construir uma linguagem para falar, referenciar a flora e a fauna, bem como pode o fazer para referenciar suas sensações privadas, basta que ele as reconheça de forma correta, e para isso pode usar a memória. Ou seja, para tanto a observação é um adorno, não é algo necessário;
- 2) Para que haja o significado de uma palavra é necessário que outra pessoa seja capaz de compreendê-lo também. Novamente por meio do caso de Robinson Crusóé, Ayer argumenta que isso não é verdadeiro. Uma vez que, Robinson pode, logicamente, criar palavras para falar da fauna, flora e sensações. Pode ensinar a Man Friday a referencia das palavras ligadas a fauna e a flora. Todavia, isso não é possível com as palavras que se referem as suas sensações, pois Man Friday não pode reconhecer as sensações de Crusóé. Tendo em vista que as mesmas são privadas. Porém, disso não se segue, ou não há nenhuma impossibilidade lógica, que Robinson faça uso próprio dessa linguagem.

Portanto, com esses três argumentos, A. J. Ayer conclui que é possível utilizarmos uma linguagem privada para relatar ou falar de nossas sensações e emoções. Contudo, tal linguagem não seria compreensível por outras pessoas, tendo em vista que elas não teriam possibilidade de conhecimento da referência das palavras pertencentes a esse tipo de linguagem.

3.2 Visão Gramatical

No seu ensaio “*Can there be a private language?*” publicado do *Proceedings of the Aristotelian Society* em 1954, Rush Rhees discute a visão epistemológica proposta por Ayer. Nessa seção nosso objetivo é apresentar uma visão gramatical quando ao

Argumento da Linguagem Privada por meio do texto do Rhees e também apresentar uma resposta à pergunta posta inicialmente neste capítulo. Realizado este esclarecimento metodológico, inciaremos a apresentação da argumentação desenvolvida por Rush Rhees em seu texto.

Rhees inicia seu texto deixando claro que, para ele, o problema concernente a linguagem privada é uma questão gramatical. Para utilizar as palavras dele: *“The problem about private languages is the problem of how words mean. This is much the same as the question of what a rule of language is.”* Com isso, nossa linguagem não é composta exclusivamente por referência a objetos. Contudo, há a possibilidade de utilizarmos nossa linguagem para falar de objetos. Porém, isso depende do que dizemos, como dizemos, como nos comportamos diante das palavras. Em suma, isso depende do nosso uso das palavras. E quando falamos de “uso” podemos pensar em uma prática geral, e com isso podemos pensar em regras para tal prática e “uso” (pg. 268). Pois, segundo Rhees, uma regra é algo que é mantido (*kept*), que tem regularidade. E por haver tal regularidade podemos saber sobre o que estamos falando, ou como nos comportar de acordo com o contexto. Rhees dá um exemplo quanto ao uso das palavras, comportamente diante das mesmas, vejamos (PITCHER, 1968, 268):

And yet, that there should be rules at all does depend on what people do, and on an agreement in what they do. If you teach someone the meaning of a colour word by showing him samples of the colour, then he will probably understand, and if he understands he will go on to use the word in new situations just as you would. If he remembered your instruction all right but differed widely you had shown him, and if this went on no matter how often you repeated your explanation, then he could never learn what that colour word means.

Nesta passagem Rhees também chama a atenção para a concordância de uso das palavras e comportamento entre os falantes de uma língua. Caso esse que Wittgenstein também chama a atenção (IF 242). Bem após ter apresentado de forma geral seu ponto de vista sobre a linguagem, Rhees passa a apresentar um ponto que é muito importante na sua argumentação e também para sua discussão com Ayer, a saber: concordância e regularidade no uso das palavras.

Rush Rhees inicia a argumentação desse ponto da seguinte forma: *“I am not saying, ‘People see that their reactions tally, and this makes communication possible.’”*. Ou seja, não é porque quando levanto minha mão e aceno para outra pessoa, essa pessoa corresponde com o mesmo gesto e que posso observar tudo isso, que se dá a comunicação. Em outras palavras, a comunicação não é possível apenas pela correspondência, ou concordância nas ações. Contudo, não estamos argumentando que a concordância é desnecessária à comunicação. Muito pelo contrário, é pela concordância que há compreensão entre pessoas, e as regras de uso das palavras possibilitam que essa compreensão seja mantida. Caso ambos os pontos não estejam

presentes, a comunicação é possível. Vejamos como Rhees expõe isso (PITCHER, 1968, 269, 270):

Because there is this agreement it is possible to say something. When I tel you that the patch on the patient's skin is red, I am not saying that it is called red, but that it *is* red. But I could mean nothing definite by thatm and you could not undestand me, unless people who have learned the words as we have would agree in calling this red. If people coud not be brought to use the word in any regular way, if one man who had been taught as we have should go on to give tha name to what we should call the completementary colour; if another used it as we do on Monday but in a different way on Tuesday, and if others did not show even these degrees of regularity - then it would not mean anything to say that someone had used the word mistakenly.

A fim de tornar esse argumento mais claro, pensemos no seguinte exemplo: uma pessoa **A** e outra pessoa **B**, as quais concordaram, num domingo, em definir **æ** como um local, no qual há muitas árvores, grama, espaços para sentar e se exercitar. Pensemos agora no caso de **A** e **B** combinarem de se encontrar em **æ** às 15:03, na segunda-feira. Na segunda-feira ambos seguem a regra de uso **æ** estabelecida no dia anterior e, certamente, conseguem se encontrar. Tendo em vista que ambos tinham um acordo e uma regra de uso para uma palavra e ação. Agora pensemos no caso de **A** e **B** combinarem de encontrar-se na quinta-feira no mesmo horário. Porém, **A** não concorda mais com a definição de **æ** como um local, altera tal palavra. Agora para **A** **æ** significa um estabelecimento de 42 m² de cor alaranjada próximo a uma esquina e com 2 árvores a frente. Porém, **B** permanece utilizando **æ** conforme o acordado. Assim sendo, somos fortemente levados a pensar que ambos não foram capazes de se encontrar, pois não houve concordância nem regularidade no uso da palavra **æ** entre **A** e **B**, nem na ação diante de tal palavra. Com isso, fica evidente o caráter fundamental da concordância e da regularidade tanto no uso da palavra quanto nas ações correspondentes as palavras para a visão gramatical da linguagem apasentada por Rhees.

É importante ressaltar que, segundo Rhees, isso não diz respeito apenas ao que as pessoas fazem. Mas a forma que elas aplicam as palavras. Simplesmente ter uma ação que concorda com o que fora definido, não significa que fazemos usa da linguagem. Rhees exemplifica isso com animais:

“A bull may charge at a red flag, and rats may be trained to react in one way to red lights and in another way to blue lights, but neither the bull nor the rat knows what red is, and neither knows that this is red. We might put this by saying that neither of them has the concept "red" and neither of them has the concept "colour"(PITCHER, 1968, 270).

Isso significa dizer que , animais poderiam até reagir a cor vermelha, por exemplo. Nesse caso, os animais reagem a cor vermelha porque foram treinados, ou adestrados, para agirem sempre de uma determinada maneira. Porém, isso não significa que eles sabem utilizar a palavra “vermelho” em diferentes contextos, ou que eles compreendem

o conceito de “vermelho”. De acordo com Rhees, ninguém conseguiria compreender o conceito cor apenas olhando para ela ou a mesma e, com isto, dar-se a si mesmo uma definição e ser capaz de aplicá-la e seguí-la em diferentes contextos. Contudo, Rhees argumenta que haveria a possibilidade da seguinte objeção a esse argumento:

Someone might say, “I know what I mean by ‘red’. It is what I experience when I look at this. Whether I have this experience under the same circumstances as lead you to use the word [. . .] But I know what colour I see in these circumstances.” [. . .] I suppose the point would be that I know this independently of having learned the (public) language. If I know what I mean, in this way - if I know what colour I am referring to - then apparently I have done something like giving myself a definition. (PITCHER, 1968, 271)

Tal objeção possui o mesmo conteúdo argumentativo que o caso de Robinson Crusóé de A. J. Ayer. Ou seja, tanto a objeção apresentada quanto o caso de Ayer defendem um ponto de vista epistêmico da linguagem. Isso significa dizer que, ambos argumentam que é por meio do meu conhecimento, ou reconhecimento, da uma sensação é que eu posso saber o significado de uma palavra. Dessa forma, seria possível que eu desse definições privadas, e utilizasse uma linguagem que apenas eu compreendo o significado. Uma vez que, minhas sensações são privadas.

A fim de esclarecer o funcionamento desse argumento pensemos no seguinte caso: uma pessoa **A** que tem uma sensação qualquer e a nomeia de “ ξ ”. E dá a si mesmo uma definição qualquer. Assim sendo, segundo esse argumento, quando **A** tiver a mesma sensação “ ξ ” novamente ele pode utilizar tal palavra para comunicar algo a si mesmo. Entretanto, de acordo com o ponto de vista gramatical de Rhees, esse argumento não possibilita os dois pontos fundamentais para a comunicação: concordância e regularidade. Pois, primeiramente, não haveria critério algum que estabelecesse uma concordância de uso e definição da palavra entre um uso e outro da palavra “ ξ ” .

Voltemos ao caso de **A** apresentado anteriormente, com o intuito de tornar essa linha de raciocínio mais clara. Assim sendo, pensemos no caso de **A** utilizar “ ξ ” uma vez, porque sentiu uma sensação qualquer. Em outro momento **A** utilizar “ ξ ” novamente. Porém, ele não possui nenhum critério que estabelece uma concordância entre os usos e a definição de “ ξ ” além dele mesmo. Com isso, o que **A** disser que lhe parece verdadeiro será verdadeiro para ele. Contudo, isso não faz sentido. Pois, só é cabível o uso da palavra “verdadeiro” em contraste com o uso da palavra “falso”. Portanto, se **A** utiliza a palavra “ ξ ” com o significado do que em nossa linguagem ordinária significa dor, ou se ele usa tal palavra querendo significar vermelhidão, na nossa linguagem comum, ou qualquer outra coisa, não tem importância. Pois, segundo Rhees “*A rule is something that is kept. The meaning of a word is something that is kept*” (pg. 272). E, tendo em vista que, a novo emprego tal palavra terá um significado diferente que pode ou não concordar com o anterior, então assim **A** não seria capaz de

se comunicar, nem consigo mesmo. Uma vez que, sem concordância não é possível estabelecer uma regularidade de uso dessa palavra “ξ”.

Porém, segundo Rhees, isso seria possível numa linguagem ordinária. Vejamos como ele expõe isso:

In ordinary language I may decide to use an expression in a particular way, and I know how to keep this. I do this in connexion with established usages and rules. That is why “in a particular way” means something. That is also why I can decide to use the expressions of a secret language or the signs of a code in a particular way. For I am dealing with expressions that can be understood, and I know how the matter could be said in ordinary language. I know whether I am saying the same as I said before, and I know what I am deciding (PITCHER, 1968, 274).

Utilizar de uma expressão em um modo particular só é possível em uma linguagem ordinária pois há concordância entre os usos e as definições das palavras e regularidade de uso das mesmas. As palavras só fazem sentido dentro desse contexto quando seguimos regras de uso das palavras. Uso que aprendemos quando aprendamos o significado das palavras. Isso entra em conexão com o conceito de contexto normativo que fora apresentado na terceira seção do primeiro capítulo desse trabalho.

Bem, até o momento a argumentação apresentado por Rhees, nos leva a concluir que a visão epistemológica da Linguagem Privada, apresentada por A. J. Ayer e exemplificada com o caso de Robinson Crusoe, não se sustenta. Pois, mesmo que alguém fornecesse uma definição privada, essa pessoa não seria capaz de utilizar uma palavra de forma significativa. Uma vez que, tal visão linguística até apresenta um critério de uso das palavras: a memória. Porém, esse não é um critério eficaz, pois o mesmo permite que o sujeito defina o que é correto ou não. Dessa forma, tudo o que lhe parece correto ele pode dizer que o seja. Fazendo com que assim não haja concordância entre definições dadas a cada uso da palavra, e conseqüentemente não haveria regra a ser seguida. Fazendo com que assim não houvesse regularidade de uso.

Assim sendo, temos um bom argumento que inviabiliza uma visão epistemológica da linguagem. Contudo, apenas de forma hipotética, imaginemos que essa visão linguística funcione. Isso significa dizer que, imaginariamente, aceitamos que seja possível identificar sensações, criar palavras que as nomeiam e que saber o significado de uma palavra é algo privado, uma vez que apenas eu sinto as sensações cuja as quais as palavras referenciam. Porém, Rhees se questiona quanto a utilidade disso: *“We might ask for whom would anyone invent language? Or for what? For animals, for instance? Or for people who have a social life as we have?”* (PITCHER, 1968, 277). Diante disso Rush Rhees continua sua argumentação, na página seguinte (278): *“The point is that no one could invent just language. Language goes with a way of living. An invented language would be a wallpaper pattern; nothing more”*.

Portanto, mesmo se aceitarmos a visão proposta por A. J. Ayer ela não se torna viável. Sendo que, tal tipo de visão da linguagem não é útil. Pois, ela não cumpre sua função: comunicar. Podemos até emitir sons, mas isso não basta para que haja uma comunicação, pois como Rhees argumenta falar uma linguagem é:

. . . is not just uttering the words; any more than understanding the language is just “recognizing” the words. It is carrying on a conversation, for instance; or it may be writing reports, or listening to a play in a theatre. It is being someone to whom the rest of us can speak and get an answer; to whom we can tell something and with whom we can make a joke and whom we can deceive. All this, and of course immeasurable more, belongs to speaking the language. (PITCHER, 1968, 281)

Assim sendo, falar uma linguagem é mais do que simplesmente emitir sons, ou se comportar de forma sempre igual de acordo com uma palavra, falar uma linguagem é uma atividade, dentre as quais poderíamos citar: relatar um acontecimento, expor uma hipótese e prová-la, representar teatro, inventar uma história, dentre outras (IF §23). Bem, a fim de finalizar nossa argumentação e para definitivamente respondermos a questão lançada neste capítulo gostaríamos de discutir, de forma breve, a parte B da seção 90 das IF:

Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando as mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provadas, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios de nossa linguagem.

Nesta seção Wittgenstein explicita que sua consideração é gramatical e não epistêmico. E é importante lembrar que o Argumento da Linguagem Privada surge da seguinte hipótese: “*Um homem pode encorajar-se a si próprio, dar-se ordens, obedecer-se, consolar-se, castigar-se, colocar-se uma questão e respondê-la*” (IF 243). Bem, se compararmos tais ações com as apresentadas por Rhees e por Wittgenstein (IF §23) certamente notaremos um parentesco. E tendo em vista que os exemplos apresentados tanto os de Wittgenstein quanto os de Rhees são formas de uso da linguagem, então as hipóteses apresentadas no argumento da linguagem privada também tratam de questões linguísticas e não epistemológicas.

Portanto, de acordo com a argumentação elaborada nesse capítulo, os argumentos analisados nos levam à conclusão de que ao analisar a hipótese do Argumento da Linguagem Privada, Wittgenstein estaria fazendo uma avaliação, análise, consideração gramatical e não epistemológica. Pois, LW explicita o objetivo gramatical nas suas análises (IF §90) e apresenta exemplos das mesmas (IF §23). Os quais possuem familiaridade com os exemplos apresentados na formulação do A. L. P. (IF §243). Dessa forma, ambos os pontos são similares. Em outras palavras, tanto o Argumento da Linguagem Privada quanto os objetivos de análises de Wittgenstein têm caráter gramatical. E, somos levados a tal conclusão, também por conta da discussão entre A.

J. Ayer e Rush Rhees. Pois, a visão epistêmica, apresentada por Ayer, se mostrou ou insustentável ou inútil. Assim sendo, o ponto de vista gramatical, apresentado por Rhees, se mostrou eficiente, útil e concordante com os escritos de Wittgenstein presentes nas Investigações Filosóficas.

Conclusão

Através dos argumentos de Wittgenstein vistos até aqui, podemos concluir que utilizamos palavras ligadas a sensações e emoções de maneira expressiva. Ainda mais, o uso de palavras de um vocabulário psicológico, no qual consta uma palavra como “dor”, por exemplo, é uma substituição de uma atitude natural. Por exemplo, o ato de gritar quando nos machucamos (IF §244). Por consequência, não descrevemos algo que ocorre internamente, fazendo com que, dessa forma seja sem sentido buscar por justificativas, ou indagar quanto ao valor de verdade de uma sentença quando alguém relata uma determinada sensação ou emoção. A fim de tornar a compreensão do leitor sobre os argumentos que nos levam a tal conclusão, recapitularemos brevemente a linha argumentativa estabelecida até o momento.

Compreendermos o modo e uso de palavras do vocabulário psicológico foi necessário primeiramente analisarmos a concepção de linguagem apresentada nas Investigações Filosóficas. Assim sendo, um primeiro ponto que tivemos de lidar foi a Imagem Agostiniana da Linguagem. Segundo essa imagem linguística, a essência da linguagem residiria em um uso descritivo. Isso implica em uma relação palavra-objeto. Em outras palavras, utilizamos a linguagem para nos referir a objetos, e saber o significado de uma palavra é saber o objeto para o qual ela referencia. Além disso, segundo a IAL o significado das palavras é definido por meio de ostensão. Com isso, alguém deveria apontar para algum objeto ao mesmo tempo que pronuncia uma palavra para o mesmo quando desejasse determinar o significado da mesma.

Entretanto, essa imagem da linguagem não se sustentou devido ao o critério de definição do significado das palavras adotado: a ostensão. Segundo tal critério, não é possível determinar o significado quando estamos lidando com números, cores e formas, por exemplo. Pensemos no seguinte caso para elucidar: ao tentarmos ensinar o significado da palavra branco para alguém, apontamos para um objeto que seja branco. Contudo, plausivelmente, essa pessoa poderia pensar que estamos falando do formato do objeto. A fim de darmos outro exemplo à pessoa apontamos para outro objeto branco. Porém, é admissível que essa pessoa pense que esse conjunto de dois objetos se chame “branco”. Ou ainda, poderíamos pensar no caso de definirmos o significado da palavra “cinco”, ou qualquer outro número. Frente a tal caso, não teríamos a possibilidade de apontarmos para números, teríamos então de apontar para objetos. Todavia, as mesmas confusões do caso anterior possivelmente surgiriam. Com isso, o critério adotado para definir o significado das palavras, a ostensão, e, conseqüentemente a Imagem Agostiniana da Linguagem, mostrar-se insustentável e ineficaz por não darem conta de todas as palavras contidas em nossa linguagem, tal como pretendia.

Uma vez que, a Imagem Agostiniana da Linguagem caiu por terra, criou-se uma lacuna quanto a essência da linguagem, ao critério de definição do significado das

palavras e a maneira de uso das mesmas. Tendo isso em vista, analisamos o conceito de Jogos de Linguagem a fim de discutir a lacuna referente à essência da linguagem. O objetivo desse conceito não é apresentar uma nova essência da linguagem, a qual preencheria o vácuo deixado, ou apresentar uma base para uma teoria do significado. Antes, o objetivo é argumentar que não há uma essência da linguagem e que todos os fenômenos que definimos como linguagem são assim chamados pois eles possuem um aparentamento entre si. Com o propósito de tornar claro esse ponto, pensemos no caso das práticas que chamamos de “jogos”: Alguns jogos possuem algumas semelhanças entre si, tal como basquete, futebol e voleibol que são jogados com bola, por exemplo. Ou o paciência e amarelinha que podem ser meramente recreativos. Há jogos com cartas, com bolas, com peças, etc. Contudo, não vemos um único elemento que seja comum a todos eles, o que há é *“uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente”* (IF §66). E é este aparentamento que define todas essas práticas que chamamos de jogos, e da mesma maneira acontece com os fenômenos que chamamos de linguagem.

Bem, além de lidar com a questão da essência da linguagem, o conceito de Jogos de Linguagem também supre o vazio quanto forma de uso da linguagem. Com tal conceito, Wittgenstein defende uma pluralidade de usos da linguagem. Voltamos a comparação entre “jogo” e “linguagem” para compreendermos melhor esse ponto. Como vimos no parágrafo anterior, não há uma única prática que permeie os jogos, assim sendo existem diversos tipos de jogos, há várias práticas distintas que possuem uma familiaridade que são assim definidas como “jogos”. O mesmo ocorre na linguagem: não existe uma única prática comum em todos os fenômenos linguísticos, o que há é uma pluralidade de usos da linguagem. Assim como existe xadrez, poker, bingo, entre outros jogos, existem comandos, relatos, descrições, expressões e entre outros usos da linguagem, ou outros Jogos de Linguagem.

Todavia, ainda temos de lidar com a lacuna referente ao critério de definição do significado das palavras. Frente a isso, Wittgenstein argumenta é o emprego das palavras de acordo com o Jogo de Linguagem é que define o significado das palavras. Ou seja, o critério de definição passa a ser o uso. Contudo, apenas empregar as palavras não é suficiente para nos comunicarmos. Pois, é plausível pensar no caso de pessoas que empregam a mesma palavra no mesmo jogo de linguagem, mas cada um emprega a palavra de forma diferente, dando assim um significado distinto dos demais. Fazendo com que assim, tais pessoas não consigam se comunicar. Tendo em vista tal problemática, é que apresentamos o conceito de Seguir Regras. Com tal conceito, a concepção wittgensteiniana da linguagem argumenta que utilizamos regras para o uso das palavra de acordo com o jogo de linguagem. E o seguir uma regra é uma prática, é uma ação pública, e não podemos fazê-la privadamente (IF §202). Pois, se o fizermos privadamente seríamos o nosso próprio critério de correção, então seria certo o seguimento de uma regra o que nos pareceria certo. Dessa maneira, o uso da palavra

correto perde seu sentido. Uma vez que, só faz sentido falar de correto se podemos contrapor com incorreto. Caso contrário, poderíamos utilizar “pedra”, “tartaruga” ou qualquer outra palavra que teríamos o mesmo sentido. Posto que, seguir uma regra deve ser uma ação pública, o critério de correção, para saber se seguimos uma regra de maneira correta ou não, é o contexto normativo no qual somos inseridos ao aprender e aplicar o uso de uma palavra.

Com isso, conseguimos apresentar uma visão geral da concepção wittgensteini-ana da linguagem. A qual, por meio do conceito de Jogos de Linguagem, argumenta que não há uma essência da linguagem. Antes, há uma série de fenômenos aparentados entre si, os quais chamamos de linguagem. Conseqüentemente, não há apenas um emprego unívoco a linguagem, mas sim múltiplos usos. E é através do uso que fazemos das palavras, de acordo com o jogo de linguagem, é que elas adquirem significado.

Após termos apresentado essa concepção geral de linguagem, num segundo momento, nossa argumentação voltou-se para a forma de uso de palavras ligadas à sensações e emoções. E uma primeira hipótese que surgiu foi a do Argumento da Linguagem Privada. Tal concepção linguística, argumenta que fazemos um uso descritivo da linguagem ao falar de palavras contidos no nosso vocabulário psicológico. De modo mais pormenorizado: o ALP argumenta que ao falarmos de nossas sensações e emoções estamos descrevendo algo do nosso mundo interior, e nesse caso a linguagem possui uma relação palavra-objeto. Assim sendo, saber o significado de uma palavra é saber qual sensação ou emoção ela está referenciando. Uma vez que, apenas a pessoa que sente as sensações ou emoções sabe da referência da palavra, então o significado da mesma é privado apenas à ela e o mesmo é definido por meio de uma ostensão interna.

Contudo, sobre o o crivo de nossas análises tal concepção linguística se mostrou insustentável por conta de um barreira linguística, a saber: um critério de regularidade de uso das palavras. De modo mais pormenorizado: mesmo que alguém pudesse determinar o significado de uma palavra de vocabulário psicológico por meio de uma ostensão interna, tal pessoa não teria critério para utilizar esta palavra. Pensemos no seguinte exemplo para clarear a argumentação: uma pessoa **A** sente determinada sensação **S** e determina a palavra **X** como correspondente de tal sensação. Se **A** desejar falar sobre **S** ela poderá em um dia empregar **X**. Entretanto, não há nenhuma impossibilidade lógica no caso de **A** querer falar de **S** novamente sem sentir a sensação e usar a palavra **Z** ou **Y**. Ou ainda, poderíamos pensar no caso de tal pessoa confundir-se com a aplicação de **X** e utilizá-la em referência a qualquer outra sensação e emoção. Isso faz com que essa espécie de linguagem não possibilite comunicação, mostrando-se assim ineficaz.

Com isso, a hipótese do Argumento da Linguagem Privada mostrou-se insustentável, e, por conseguinte, o modo de uso descritivo ao lidar com palavras de um vocabulário psicológico também. No entanto, mesmo tendo apresentado justificati-

vas gramaticais para a não sustentabilidade dessa hipóteses, foi importante também analisar um justificativa epistêmica para tanto. A qual pode ser resumida assim: por utilizarmos um uso descritivo é plausível questionarmos se descrevemos de forma correta ou não, portanto é necessário que tenhamos um critério de verificação para definir o valor de verdade de uma sentença descritiva. Porém, não possuímos meios de verificar proposições que contenham conteúdo psicológico. Pois, essa concepção defende uma inacessibilidade das sensações e emoções de outrem. Portanto, não faz sentido utilizarmos a linguagem de modo descritivo quando falamos de palavras ligadas ao vocabulário psicológico, pois não temos possibilidade de saber se descrevemos de forma correta ou não.

Uma vez que, o modo de uso descritivo da linguagem se mostra insustentável ao tentar responder como utilizamos palavras ligadas a sensações e emoções, abre-se assim espaço para o modo de uso expressivo da linguagem. Sobre isso P. M. S. Hacker argumenta que palavras ligadas a sensações e emoções são ensinadas como substitutas de uma expressão natural de comportamento. Para esclarecer, Hacker dá o exemplo de uma criança que cai e machuca seu joelho. Nesse caso, é natural que a criança se expresse gritando, chorando ou até mesmo gemendo de dor. Após isso seus pais lhe ensinam a utilizar palavras como “dor”. Esse uso é público, deve seguir e possui um contexto que normativa o emprego da palavra, tal qual nossa argumentação no primeiro capítulo onde argumentamos sobre a concepção geral de linguagem apresentada nas IF. Após ensinar esse uso da palavra “dor”, a criança pode ser ensinada a empregar sentenças como “Me machuquei”, segundo Hacker.

Outro ponto que nos faz considerar que tal forma de emprego da linguagem é que, em contraposição ao modo de uso descritivo, ela se mostra menos problemática. Uma vez que, não precisamos de critérios para definir o valor de verdade de sentenças que tenham conteúdo psicológico. Pois, frases expressivas não possuem relação com verdade ou falsidade. E, sendo o emprego das palavras público, não temos problemas com a regularidade e correção no uso das palavras. Portanto, não há impossibilidade lógica de comunicação. Apesar disso, um obstáculo que temos de lidar aqui é o caso da mentira. Isto é, não teríamos formas de verificar se alguém está mentindo quando diz que sente uma determinada sensação ou emoção. Contudo, frente a isso Wittgenstein argumenta que isso faz parte da vida, e que mentir também é um jogo de linguagem que também deve ser aprendido (IF §249).

Tendo apresentado os motivos que nos levaram a defender um modo expressivo da linguagem, quando lidamos com palavras de um vocabulário psicológico, um desenvolvimento possível de nossa investigação aponta para várias discussões correlacionadas. Por exemplo: a relação entre a filosofia da psicologia de LW e Comportamentalismo que, consideramos, tem por base a compreensão da gramática dos conceitos psicológicos, bem como aponta para a relação mundo interior e exterior, isto é a expressividade do que poderíamos chamar de mundo psicológico na linguagem. Ao

mesmo tempo, a compreensão das análises que LW elabora quanto à psicanálise sob o ponto de vista de Freud e mesmo os comentários de LW quanto à proposta teórica de Freud, tem como pano de fundo as distinções que apresentamos aqui em nossas investigações. E ainda, partindo das investigações apresentadas nesse trabalho, poderíamos analisar palavras o que queremos dizer quando dizemos que amamos alguém, por exemplo, quais são as ações cabíveis, o que isso implica na nossa vida comum. Em outras palavras, abrimos caminho para investigar de maneira pormenorizada palavras específicas do nosso vocabulário psicológico.

Referências

- ARLEY MORENO. **Wittgenstein através das imagens**. [S.l.]: UNICAMP, 1995.
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein** : Understanding and Meaning. [S.l.]: Blackwell, 2005.
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein**: Rules, Grammar and Necessity. [S.l.]: Blackwell, 2009.
- FAUSTINO, S. **Wittgenstein**: O eu e eu a gramática. [S.l.]: Atica, 1995.
- HACKER, P. M. S. **Wittgenstein**: Meaning and Mind. [S.l.]: Blackwell, 1990.
- PITCHER, G. (ed.). **Wittgenstein**: The Philosophical Investigations. New York: Doubleday & Company, inc., 1968.
- WITTGENSTEIN, L. **Remarks on the Philosophy of Psychology**. 1. ed. [S.l.]: Basil Blackwell, 1980. v. 1. ISBN 0-226-90433-4.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. [S.l.]: Nova Cultural Ltda., 1999. ISBN 85-13-00859-1.